

OLIVEIRA MARTINS

O Historiador (*)

Por diversos modos se tem, pelos tempos fora, procurado interpretar ou definir o que seja «historiador», palavra relativamente moderna a despeito da antiguidade do género. Entre os antigos (e, por razões óbvias, não remontamos já à antiguidade oriental) quem se lançava à empresa de narrar os grandes acontecimentos históricos de que fora testemunha ou nos quais tomara parte — o caso de Tucídides, de Xenofonte, de César, de Tácito, de Salústio — concebia a História como apologia de determinada ideologia, com carácter local ou nacional, processo de defesa pessoal a justificar factos ou acontecimentos ligados intimamente à vida do narrador, ou então partia de uma concepção que o levava a considerar os grandes momentos da História à mesma luz com que se julgavam os actos quotidianos, a profligar, tantas vezes com acrimónia, os actos dos homens que um dia regeram Estados ou exerceram funções de comando e de domínio, tal como fez Tácito nos *Annales*.

Sob a impressão admirativa por homens de craveira acima do comum, cujos actos despertaram o entusiasmo das massas, desde essa época recuada surgiram também os biógrafos, que escreviam, normalmente, para fazerem o panegírico dos seus heróis, (de que é exemplo a *Vida de Agrícola* do citado Tácito), saindo engrandecida assim, portanto deturpada, a figura do biografado.

Encerrado, porém, o longo período da decomposição do mundo romano, passada a bárbara, convulsa e confusa Era Obscura (*Dark Age*), que se prolonga até ao séc. XI, a História, despida naturalmente da grandiosidade majestosa dos autores gregos e, sobretudo, dos romanos, retrocede às narrativas ingénuas tecidas à volta de certo nome prestigioso, misturando-se-lhe sempre um quê de agiografia, a que se associava, não raro, o milagre. E ainda quando o narrador possuía a envergadura, notável para a época, de um Gregório de Tours, aí mesmo é difícil separar o verídico daquilo que o não

(*) Capítulo do II volume da obra inédita *Oliveira Martins e o século XIX*.

é, o facto rigorosamente histórico do controverso ou até francamente fabuloso.

Do século XI em diante opera-se uma evolução muito lenta no género até surgir a «Crónica», espécie de ressurreição das biografias e comentários da Antiguidade grega ou romana, mas de alcance limitado e até de interesse restritíssimo. Por vezes mesmo o facto histórico mistura-se inteiramente à agiografia, tornando-se difícil classificar tais trabalhos. Somente mais tarde o talento de Froissart, de Commines, de López de Ayala e do nosso Fernão Lopes ensaiaria os primeiros passos na crítica muito mais profundamente acentuada no cronista português do que nos seus quase contemporâneos estrangeiros.

Todavia, entenda-se, por muito talento e honestidade que os escritores da baixa Idade Média tivessem e por muito rigorosos que fossem nos seus processos de trabalho (Fernão Lopes dá a conhecer aos leitores como se documentava para escrever as suas crónicas), nas suas obras perpassa muito daquela subjectividade que encontramos, séculos depois, por exemplo em Bossuet. E sem com isto pretendermos enaltecer o probo autor português, a verdade é que Fernão Lopes é figura única não só no seu tempo, mas até em toda a Idade Média⁽¹⁾, podendo mesmo constituir paradigma de muitos historiadores de épocas posteriores, não obstante as críticas, aliás sem fundamento, de que foi alvo no nosso século.

Os séculos imediatos assistem ao regresso da história francamente panegírica e laudatória, por procurarem os autores quase sempre o patrocínio de um magnate, rei, príncipe, Papa ou quejandos, a quem dedicavam a sua obra; e em certas circunstâncias a necessidade de alimentarem viva a chama do patriotismo em riscos de extinguir-se, levou alguns autores, deliberada ou ingenuamente, a aceitar como factos comprovados aquilo que não passava de mera fantasia, embora por vezes neles cressem alguns dos espíritos mais ilustres do passado. Foi assim, por exemplo, que Fr. Bernardo de Brito concebeu a história de Portugal fazendo-a remontar ao princípio dos tempos, engendrando depois uma genealogia completíssima dos reis da Lusitânia (*sic*), com datas certas e factos miúdos, narrados com uma seriedade que hoje só nos faz brotar o sorriso aos lábios.

A história séria, precisa, objectiva, científica, digamo-lo, só havia

(1) O escritor inglês Robert Southey chama-lhe mesmo «o maior cronista de todas as épocas e nações». Cit. por Aubrey Bell, *Fernão Lopes*. Trad. port. 2.ª edição. Lisboa. 1943. Pág. 23.

de nascer depois do furacão da Revolução de 1789. O século XVIII ainda viu o historiador demasiado preso à ideia do louvor ou, como Voltaire, de critério demolidor, fundada em preceitos anti-religiosos, vastamente documentados nos artigos históricos da famosa *Enciclopédia* de Diderot e D'Alembert. É certo que nesse século, na Alemanha com Niebhur e na Inglaterra com Gibbon e Robertson encontramos três nomes que podem considerar-se os precursores dos processos oitocentistas de conceber a História. Mas, precisamente por constituírem excepções, não é lícito apresentá-los como representantes do espírito do seu tempo, do que o próprio Gibbon se encontra eivado, em especial ao estudar a origem e os progressos do Cristianismo no mundo romano.

O séc. XIX (de que Oliveira Martins foi filho e de cujos preconceitos participou) viu, com Taine, Fustel de Coulanges, Mommsen, e, entre nós, Herculano, Gama Barros, Costa Lobo e Alberto Sampaio, nascer a História científica, ao lado da qual continuava a viver a história laudatória, panegírica e retórica (por exemplo com o Lamartine da *História dos Girondinos* e da *História da Revolução de 1848*, com o Michelet da *História de França*, a despeito de tantas vezes amesquinhar as cabeças coroadas, e o Louis Blanc da *História da Revolução Francesa* e ainda um género híbrido, como a *História do Consulado e do Império* de Luis Adolfo Thiers. Mas o espírito que então dominava a História sofria o influxo das ideias de onde brotou o Positivismo, por vezes levado ao exagero por indivíduos sem qualquer preparação científica ou mesmo sem dotes de historiadores, de que entre nós se podem apresentar os exemplos de Luz Soriano e Manuel Pinheiro Chagas, não obstante o esforço árduo deste dispendido na elaboração dos seus livros.

No dealbar do século passado haviam-se lançado as bases duma nova concepção da História diferente da dos séculos anteriores, assente sobretudo na análise dos documentos e na sua interpretação rigorosa. E foram alguns académicos de valor quem em Portugal abriu o caminho por onde Herculano iria seguir. João Pedro Ribeiro, António Caetano do Amaral e António Ribeiro dos Santos podem considerar-se os precursores, pioneiros mesmo, da nova escola historiográfica de que o autor da *História de Portugal* havia de ser o corifeu. Mas o espírito eminentemente crítico do século, esse espírito que tinha da história uma concepção simultaneamente expositiva e crítica, que se não satisfazia com a simples exposição dos factos e se sentia irritado ao deparar-se-lhe uma solução de continuidade na ausência dos documentos, esse espírito não se satisfazia com o labor

de cabouqueiro de Herculano. Passara breve a ideia de fazer do documento a base de toda a história, sintetizada no conhecido dizer de Fustel de Coulanges: *pas de documents, pas d'histoire*. Aspirava-se a mais: queria-se uma história viva que se desprendesse das folhas dos livros como um filme grandioso e movimentado e não narrativas frias, sem vida ou sem suscitarem a evocação, apoiadas embora em copiosa documentação, tal como fizera Michelet na sua citada obra e Carlyle empregara no seu livro célebre *The French Revolution*. Aí se encontrava em germe o critério futuro da «história posta em arte» do primeiro quartel do século actual. O *como* já não bastava; requeria-se o *porquê*, ainda quando este não fosse facilmente detectável ou discernível, ainda quando houvesse impossibilidade manifesta de o explicar. Foi, todavia, dentro desse espírito que se produziu a obra de Macaulay, na Inglaterra, a de Michelet em França, e a de Oliveira Martins em Portugal. Dentro desse espírito se geraram e dele brotaram as mais belas páginas deste escritor e também as mais perigosas.

Posteriormente e pelo influxo da ideologia marxiana, devia surgir a história das sociedades, da influência do meio na marcha das civilizações, atentos os historiadores mais aos factos económicos, ou tidos como tais, na evolução das sociedades, desinteressados do facto ou do acontecimento e das figuras de proa, procurando antes as leis que presidem ao nascimento, ao desenvolver e ao ocaso das sociedades, criando-se assim uma história já sem nada capaz de a confundir com a chamada «filosofia da história» e o seu remoto criador Vico.

Antes de tentarmos analisar o pensamento de Oliveira Martins relativamente à História e aos seus processos, é de aconselhar percorrer-lhe a obra que ele ambicionou um dia constituir um todo homogéneo abrangendo os ciclos evolutivos da humanidade, à maneira das ideias postas em moda no seu tempo. Remontando aos mais afastados períodos da vida do Homem, começou por publicar uns *Elementos de Antropologia*, que no entanto não foi o seu primeiro trabalho histórico. Nele compendiou tudo o que de mais recente se sabia ao tempo (1880) acerca da origem do homem, numa época em que triunfavam o darwinismo e as doutrinas da selecção natural e da descendência humana de uma espécie inferior. À luz dessas doutrinas, escreveu Oliveira Martins as duas partes dos *Elementos*, que denominou «O antropóide» e «Caliban», texto que influiu no seu grande amigo Eça de Queirós e o levou a escrever a belíssima fantasia *Adão e Eva no Paraíso*.

Numa introdução de 15 páginas, expõe o escritor as suas ideias acerca da Antropologia, cujo fim, escreve, é

«desentranhar a verdade das metáforas, a que o tempo deu realidade formal, decifrou as alegorias, traduziu os mitos na linguagem positiva da ciência» (1ª).

Esta ciência é indispensável porque «saber quem somos é a nossa primeira obrigação» (2ª). Seria pueril supor que o homem foi sempre tal qual é hoje, pois teve de passar por estádios sucessivos, partindo de um muito recuado e ainda não humano ser. A história dessa longa evolução é desconhecida ou imperfeitamente conhecida, pelo que

«a intuição, a adivinhação, hão-de a miúdo suprir o que o exame directo não pode mostrar, e nessa história (...) a nossa curiosidade só pode saciar-se com hipóteses. A verosimilhança é, porém, a primeira das nossas exigências intelectuais; e as probabilidades suprem muitas vezes a falta das provas. Não há fantasia, nem romance, na história assim concebida; e, se até hoje o processo da reconstrução sintética das sociedades passadas nos tem revelado tamanhos segredos, tempo é já de o aplicar também às idades que estão para além das primeiras datas das civilizações humanas» (3ª).

Como estudar, porém, a origem remota do homem? Para Oliveira Martins, pelo recurso aos hábitos e costumes dos povos selvagens, «representantes da paleontologia e às descobertas geológicas correspondentes», e ainda aos «subsídios da anatomia comparada, da embriologia, da teratologia» (4ª). Em seu parecer, formado nas ideias do tempo, também ofereciam documentos de eras remotas «os monstros humanos e os monstros colectivos», desde os surdo-mudos, os cretinos e os *microcéfalos*, até às sociedades selvagens, por entender que, sendo actuais, «documentam um estado transacto, já para o homem completo e são, já para a sociedade culta». Cria que assim como um embrião humano, impossibilitado de desenvolver-se, produz um ser «menos que humano, um ser igual ao que em certo momento

(1ª) *Elementos de Antropologia*, 5.ª ed. Lisboa. 1909. Pág. 12.

(2ª) Pág. 11.

(3ª) Pág. 8.

(4ª) *Loc. cit.*

foi o predecessor do homem», também uma sociedade, privada de poder evolui, fica estagnada, «mantendo de pé um exemplo do estado remoto das sociedades que progrediram».

Eram, como se disse já, as ideias evolucionistas do tempo, quando se supunha que as culturas primitivas existentes na época constituíam sobrevivência de fases da vida social dos nossos antepassados, permitindo assim o estudo da vida primitiva do passado através da observação da vida social dos primitivos actuais.

Oliveira Martins era, repetimos, homem do seu tempo, tipo acabado do intelectual português de Oitocentos. Embora frequentemente a sua visão fosse clara, lúcida e até, por vezes, profética tão afim do génio, em muitas outras circunstâncias sacrificava aos mitos do século.

Racionalista que sempre foi, mas dum racionalismo mais fruto de leituras desvairadas do que resultado da reflexão e do estudo em profundidade dos grandes problemas ontológicos, contudo sem nada da secura comteana inimiga de toda a metafísica, Oliveira Martins aceitava as conclusões científicas do seu tempo, a elas se encostando, não sendo ele próprio homem de ciência e investigador, a despeito das suas brilhantes qualidades e da sua extraordinária capacidade de trabalho desconhecida do comum dos Portugueses.

Adversário, portanto, dos mitos religiosos, parecia ignorar serem tão ou mais perigosos os mitos supostamente científicos, erguidos, tantas vezes, sobre bases mais frágeis do que os de crenças ingénuas.

Para ele, porém, o mito «exprime, sim, a verdade, mas de um modo total e sintético, jamais verdadeiro sob o ponto de vista da realidade particular». A seu ver, era a ciência inimiga ao mesmo tempo do farisaísmo e do *voltairianismo*, «nem admite o dogmatismo dos sacerdotes jungidos à tirania de um texto» nem tão-pouco «aplaude o escárneo pedante dos espíritos secos, para quem os deuses foram invenção dos padres». «Os deuses — continua — foram invenção dos homens, quando o espírito humano só podia exprimir as suas noções sob a forma de mitos» (5).

Por isso chegou o homem a «reclamar para si uma origem divina», vendo um milagre em tudo o que o rodeava. Acreditando ser ele próprio «filho de um milagre», acreditou também ser inspirado por Deus, por este nome designando «o sistema do mundo inteligível ou ideal, invisível embora incorporado na realidade», sistema a que ele, homem,

(5) Dois anos mais tarde desenvolverá Oliveira Martins o seu ponto de vista no *Sistema dos mitos religiosos*.

deu existência, unidade e individualidade «concebida segundo a própria imagem humana», desta forma invertendo no mito «os termos de uma proposição verdadeira».

A Antropologia, escreveu o nosso autor, devia assumir papel análogo ao da Filologia, para com as criações intelectuais; «desentranhar a verdade das metáforas a que o tempo deu realidade formal, decifrar as alegorias, traduzir os mitos na linguagem positiva da ciência». (6).

Por isso a Antropologia tem de dar a tradução do mito que são as tradições religiosas dos Judeus que nós, europeus, trocámos pelas italo-celtas: a formação do Mundo por Deus, o Paraíso, a Árvore da Ciência, o pecado de Adão, o dilúvio, etc. A Antropologia, ou melhor os antropólogos do séc. XIX sentiam-se capazes de traduzir tudo isso em vulgar, pela aplicação do método rigoroso cuja exposição nos fez nas suas linhas gerais Oliveira Martins. A Antropologia tem, pois, de refutar essas doutrinas absorvidas durante séculos pelo espírito dos homens «desde que o farisaísmo religioso pretende atribuir foros de verdade positiva ao que, por natureza própria de origem, só a tem na poética» (7).

Pelo alcance incomensurável da sua razão, que lhe abriu, a ele animal, «as regiões misteriosas do mundo inteligível», o homem sentiu uma energia extraordinária que dele fez «o tipo singular, misto de nobreza e de objecções», ser contraditório, ao mesmo tempo «deus e besta, umas vezes herói outras vezes réptil, generoso e baixo (...) ser feito de antíteses que habita no seio de todos nós».

«A superioridade intelectual divorciou Adão da animalidade, daí lhe veio o perder as armas animais que a natureza lhe deu: a lâ contra os frios, as garras e as prezas terríveis. Ficou indefeso e fraco à maneira de todos os animais domésticos: foi esse o seu castigo, mas como tinha em si a capacidade das acções heróicas, impôs o seu domínio à natureza donde saíra, criando com o trabalho a indústria, com a força as leis e a sociedade, com a imaginação as artes e os cultos, a poesia e a religião.» (8)

E com estas palavras concluí a Introdução, na qual procurei explicar a razão de ser da sua obra e traçar os seus lineamentos gerais.

(6) Pág. 12.

(7) Pág. 13.

(8) Páus. 14 e 15.

No Livro I expõe a criação, seguindo as autoridades do tempo no campo da Geologia. Começa por descrever a Terra (cap. I), sem singularidades de maior. No capítulo — *A Vida* — já sacrifica bastante àquela imaginação que faz de tantas obras suas verdadeiras obras de arte, mas lhes tira muito ao valor que, como trabalhos didáticos, poderiam ter. Não podemos, contudo, censurar demasiado o excessivo lugar pelo autor concedido às conjecturas, sendo como era, ou queria ser, um divulgador, quando no seu tempo, e até já no nosso século, tantos homens de ciência, na ânsia de tudo explicarem, tanto sacrificavam à conjectura, quiçá à fantasia com todos os seus graves riscos.

Todo o capítulo *A Vida* é uma bela página de que hoje nada pode aproveitar-se; bela do ponto de vista formal e literário, as ideias são confusas, talvez por o autor não ter conseguido harmonizar os antagonismos ou incongruências das autoridades a que se encostou. Manifesta-se adverso ao princípio vitalista, que «ou é uma pura fantasia, ou é uma forma particular que a *força* universal reveste num certo momento da criação». Na essência, escreve, «o princípio *vital* não pode distinguir-se do princípio *sideral*, nem do princípio mineral», aliás seria forçoso «ir buscar a origem da unidade de três forças absolutamente independentes, a uma região extra-natural», o que a Ciência considerava desnecessário, enquanto a Filosofia o repelia.

Entendia Oliveira Martins ser tão impossível considerar a vida um produto da organização, «como descortinar nos órgãos a manifestação de um desígnio activo precedente à existência deles». Considerava inconcebível haver «funções vitais sem um aparelho material, nem vida sem organismo». Por outro lado, porém, «tão-pouco se concebe, e menos se pode afirmar a criação de um ser organizado, ou de um aparelho orgânico sem a influência da Vida»⁽⁹⁾.

No seu embaraço tropeça o leitor atento que procure nos *Elementos* resposta para estas perguntas que o homem se faz há tantos séculos: quando e como surgiu a Vida? De onde provém ela? Que é, afinal, a Vida?

Oliveira Martins não podia responder, como nenhum homem de Ciência ainda hoje é capaz de dar resposta, embrulhando-se nas teorias que a sua exposição confusa mais confusa torna ainda; e expondo as doutrinas transformistas, evolucionistas e dinamistas, não chega afinal a qualquer conclusão satisfatória.

Surge a Vida pela primeira vez das águas — como? quando? onde? —, define-se o animal e com os animais manifesta-se o Instinto,

⁽⁹⁾ Pág. 28.

à medida, porém, que se lhe aperfeiçoa e vão aparecendo espécies cada vez mais perfeitas, surge a Inteligência. A Animalidade «é o terreno de transição entre o instinto e a inteligência, entre a vontade cega e a vontade deliberada» (10).

Em belas páginas, descreve ele a vida desses primeiros seres rudimentares — os trilóbitas — e o meio ambiente que a Terra então oferecia, descrição tão viva, tão cheia de cor que não empalidece ao lado das páginas de admirável descritivo até então escritas, nem das muitas que escreverá até à morte. O quadro que nos oferece dos grandes sáurios da Era Secundária é uma página magnífica: não sendo a obra ilustrada com gravuras elucidativas, o leitor não versado na rebarbativa terminologia geológica, nem ao facto da forma desses monstros antediluvianos, enlevado, pode facilmente reconstituí-los mentalmente tão-só pelo milagre do estilo do escritor, cujo poder expressional corre com maior facilidade nas descrições objectivas do que na nebulosa exposição de ideias.

Totalmente dominado pelo tema, entra o autor aqui no âmago da obra cujo título o Livro I ainda não justificara. O Livro II — O antropóide — vai procurar explicar como surgiu o Homem; contrariamente às mais remotas tradições religiosas, dá-lhe Oliveira Martins a Europa por berço. O ambiente físico em que o Ser humano surge — *O paraíso europeu* — é revelado, melhor pintado através de uma série de descrições de magnífico colorido, e ali, dentro em breve, aparecerá o Rei da Criação, onde o leitor acabará por encontrar

«os bandos de antropóides que, nos bosques cerrados do paraíso terciário (11) ensaiam, com uma vontade, por vezes mais definida do que o corrente a capacidade do instinto, uma forma de existência donde a humana saiu, por uma série de actos voluntários cuja história nos propomos, temerariamente, a construir» (12).

Assim se apreende o seu pensamento: o homem não seria mais do que um símio aperfeiçoado, transformação operada, cria o escritor,

(10) Pág. 45.

(11) Oliveira Martins aceita a genealogia dos seres vivos exposta por Ernest Haeckel na sua *História da Criação*, embora simplificada, certamente para facilidade de divulgação. Por outro lado parece aceitar a hipótese tão discutida do «Homem terciário», sem, no entanto, se pronunciar apesar das afirmações ousadas dos mestres a que se encostava.

(12) Pág. 73.

unicamente pelo poder da Vontade. Não é este o lugar adequado, até por não constituir tal objectivo a nossa intenção, para discutirmos as teorias do nosso autor, que, aliás, como já se disse, não eram originais, por serem as correntes no seu tempo nos meios científicos. Por muito lógicas que se afigurem a certos espíritos, não passavam de hipóteses, sem nada até aos nossos dias haver surgido capaz de as ter podido converter em leis.

Contudo, cumpre-nos acentuar a forma como Oliveira Martins insiste no poder da Vontade, essa Vontade que o fez a ele próprio, como em devido tempo salientou o Prof. Fidelino de Figueiredo ⁽¹³⁾.

Em todas as suas obras se nos depara, implícita ou explicitamente, a sua admiração pelos caracteres fortes dominados por um forte querer; tal admiração leva-o, por vezes, a esquecer os aspectos sombrios ou antipáticos dos estadistas ou dos heróis.

A vontade teria transformado *da se* o antropóide num ser erecto, que veio a ser o Homem. Como Aristóteles, encontra Oliveira Martins um *querer* ou uma *alma* «nos movimentos siderais, como nas cristalizações minerais, como nas transformações orgânicas, como nos actos animais, como nos pensamentos humanos» ⁽¹⁴⁾.

Há portanto uma Vontade universal, que ao espírito do escritor só aparece perfeita no Homem, porque nele está ela ao serviço da Inteligência. Daí visionar então a vida animal desse remotíssimo antepassado nosso, vivendo ainda nas árvores, ainda alalo que, nem «por ser inofensivo, era menos terrível para os animais seus companheiros». Na variedade dos «predecessores dos homens se viam claramente os temperamentos humanos». O orango considerava-o o nosso autor um misantropo, enquanto o gibão todo ele era ruído e agitação. O gorila «menos homem que os precedentes, é mais terrível». Mas onde encontrava mais semelhança com o homem era no chimpanzé, que «foi o protoconsolador dos aflitos, e o primeiro médico», que «tem um carinho instintivo e doce — primeira alvorada da caridade humana» ⁽¹⁵⁾.

Neste ponto detém-se o escritor para expor as suas ideias pessoais quanto às ilacções a tirar da vida dos símios terciários para explicar a futura vida dos primeiros homens. As descrições que, em meia

⁽¹⁴⁾ «Quem atentar na biografia deste escritor, logo surpreenderá que uma qualidade sobreleva no seu carácter: a vontade. C mo, falando de si próprio, Herculano lhe disse em carta particular, Oliveira Martins foi um *homem que quis*». *História dum «Vencida da Vida*». Lisboa. 1930. Pág. 57.

⁽¹⁴⁾ *Elementos*. Pág. 66.

⁽¹⁵⁾ Págs. 75, 77, 79, 80 e 81.

dúzia de páginas soberbas, faz dos símios actuais, serviu para evocar a dos que viveram nesse período remoto da história da Terra, porque decerto assim eram os antropóides «que habitavam a Europa, quando nas idades terciárias ela era um *paraíso*». Mas aqui se encontra o óbice da questão — o tal laço, o elo intermediário do Homem e do Símio que há mais de um século os sábios buscam com um afã até hoje não premiado. Parecia a Oliveira Martins tal questão «quase indiferente». Fosse qual fosse a resposta da Ciência no futuro, «é já hoje certo que ela não poderá destruir a ideia da evolução. (...) a menos de considerar milagrosa — isto é absurdo — a origem do homem, mister é pois ir buscá-la às formas animais precedentes». O importante é «saber se as formas antropóides são mediata ou imediatamente precedentes».

Não havia o tal elo entre o Homem e o Símio. Havia, porém, materialmente na massa do primeiro ser vivo «virtualmente um homem e essa intercalidade foi por graus sucessivos definindo-se até chegar ao antropóide, o mais eminente dos animais pré-humanos»⁽¹⁶⁾. Aos brutos devem ir procurar-se «os sintomas de uma humanidade só totalmente acabada em nós», e não «buscar argumentos, fúteis de encontrar, para dizer quanto eles diferem do homem».

Mas, como foi possível ao antropóide «ganhar a atitude erecta, e transformar os braços, as mãos, de membros de movimento, em instrumentos de trabalho?» Por obra do instinto aprendeu ele a erguer-se e andar de pé, «e depois disso é mister começarmos a chamar homem àquele a quem até agora chamámos animal»⁽¹⁷⁾.

Como se operou tal milagre?

«Sem grandes esforços de imaginação se concebe como a vontade instintiva bastou para transformar, de todo em todo, esse quadrúmano em um bípede, um antropóide em um homem, *erecto*, decerto ainda *alalo*, ou mudo»⁽¹⁸⁾.

Foi, pois, ainda a vontade quem endireitou o antropóide, quem dele fez um homem, quem o transformou, lentamente, em senhor da Terra e lhe deu o domínio do Mundo. Aguçada a inteligência pela força duma vontade poderosa, logo o homem primitivo aprendeu a

(16) Voltamos a lembrar ao leitor que continuamos a expor o pensamento de O. Martins na sua obra.

(17) Págs. 81-84.

(18) Pág. 87.

servir-se das mãos, fabricando instrumentos, pelo que ele é «uma vontade servida por instrumentos» (19).

Antes de prosseguirmos, recordaremos ao leitor que nada mais temos feito e, ao diante continuaremos a fazer, nada mais temos apresentado além das ideias, resumidas embora, de Oliveira Martins, que é o que, obviamente, deve interessar quem nos lê, longe portanto de tudo aquilo que possa considerar-se concordância ou discordância com tais ideias.

Após referir-se ao problema, candente no seu tempo — o monogenismo e o poligenismo — e considerar «absurdo admitir a descendência do casal simbólico do paraíso — Adão e Eva» (20) encostado a Haeckel, estabelece a árvore genealógica da Humanidade, estuda os «documentos da transformação» do antropóide em homem, estabelecendo o paralelo entre as formas humanas e as dos antropóides e ainda comparando as medidas do cérebro e dos membros dos europeus e dos negros, inclinando-se para a teoria exposta pelo discutido mestre da Universidade de Iena «de que os cretinos e microcéfalos representam por atavismo, ou por paralização de desenvolvimento, um estado morfológico anterior ao humano propriamente dito», pelo que, a ser assim, «devemos reconhecer que não há hiato nem salto na passagem do tipo antropóide para o humano, como formas» (21).

Fértil na sua imaginação, descreve o escritor o que teria sido a vida desse homem primitivo, ainda tão próximo da animalidade, ao qual chama shakespearianamente «Caliban», que não teve o seu Michelet como tiveram o insecto e a ave, embora os poetas latinos Lucrécio e Horácio tivessem a intuição da sua existência. E novamente uma admirável descrição, pintura do ambiente em que teria vivido esse antepassado já feito homem, nas «florestas tropicais da Europa miocénica», onde a temperatura foi baixando até se produzirem esses gelos do período glaciário que acabaram por cobrir a Europa inteira, expulsando à sua frente os seres viventes, entre os quais ia «naturalmente o homem, tiritando, gemendo também». Passado esse período, em que «a Europa apareceu coberta de um alvo e morto lençol de gelos», dão-se convulsões geológicas, que modificaram a fácies terrestre, tomando esta então aproximadamente a forma actual, surgindo de novo o homem, possivelmente imigrado com os animais que aparecem na Europa. Pruden-

(19) Pág. 91.

(20) Pág. 93.

(21) Pág. 101.

temente fugido perante a ameaça dos gelos, teria emigrado para regiões mais favoráveis onde teria transformado os seus instintos sexuais e sociais, inventaria (*sic*) a fala e perderia os primitivos velos, que o fariam assemelhar-se a um piteco ancestral. Este homem teria possuído têtpera mais dura do que o seu antepassado, pois não fugiu diante do dilúvio provocado pelo degelo no dealbar dos tempos quaternários. E o homem, a quem a fala desanuvia a razão, «refugia-se nas cavernas, não cede e resiste às condições do meio, primeira definição de uma liberdade, que mais tarde se transformará na faculdade de adaptar o ambiente às condições de vida reclamadas pela sua vontade racional»⁽²²⁾.

Depois é toda a longa epopeia do homem cavernícola, visionada ou reconstituída através dos numerosos depoimentos já existentes no seu tempo nas obras de Lubbock, Quatrefages, Royd-Dawkins, Dupont, Letton, duque de Argyll, Tylor, Nilsson e tantos outros, entre os quais é dever citar os ilustres arqueólogos general Carlos Ribeiro e Nery Delgado, *precursores do não menos ilustre Martins Sarmiento na rebusca das povoações pré-históricas desaparecidas*.

Não se mostra Oliveira Martins original nesta parte da sua obra, como quando architectava novas hipóteses sobre as de Haeckel ou de Lyell, limitando-se a acompanhar ou a resumir as reconstituições clássicas da vida do homem primitivo, história que, confessa, «temerariamente»⁽²³⁾ se propôs escrever, tendo sido os seus materiais de construção «hipóteses de um lado, teorias do outro».

Na ronda dos séculos, o troglodita — Caliban, não se esqueça — abandonou a caverna, aonde fora buscar refúgio contra as inclemências do clima e a perseguição das feras, e, selvagem ainda, nem de longe se parece já com o antropóide ancestral. Milhares de anos se haviam entretanto passado, que valem, na «humilde opinião» do escritor «apenas como curiosidade de espíritos engenhosos»⁽²⁴⁾ Seguindo os expositores clássicos, descreve o homem de Neanderthal, o primeiro operário, que, dotado de força hercúlea, é mais digno de admiração pela sua indústria do que pela resistência dos seus músculos possantes.

A raça gigantesca do homem do Cro-Magnon, todavia com aspecto «muito mais humano do que o homem anterior», surge na tela do escritor, raça de caçadores e de guerreiros, que utilizavam o

(22) Pág. 117.

(23) Pág. 143.

(24) Pág. 151.

raspador para limpar as peles dos animais abatidos e depois empregavam para vestir-se. Em página cheia de colorido põe-nos o autor diante da vista um quadro ideal, mas verosímil, duma cena da vida destes caçadores guerreiros, página que, lida, talvez possa trazer-nos à mente a frase desolada de Flaubert ao concluir os esplendores de Salammbô: — *Peut-être que là-dedans il n'y ait pas un mot de vérité*. A verdade, porém, é muitas vezes mais acessível ao artista do que ao sábio. Com todo o seu vasto manancial de fontes e elementos cuidadosamente recolhidos durante longos anos, Flaubert deve estar muito mais próximo da realidade do que os arqueólogos quando pretendem descrever-nos a vida do homem primitivo. Pudessem eles, ao menos, no-la pintarem com o mesmo colorido e vibração de estilo como Oliveira Martins escrevia...

Inclinado a crer no canibalismo dos homens do Cro-Magnon e de Aurignac, supunha tal canibalismo nada ter de deprimente aos nossos olhos por representar «um passo enorme andado na evolução moral do homem» pois «daí nascem as religiões» (25). O acto de devorar um semelhante «proveio de noção da imanência da capacidade do homem nos seus tecidos, e da transferência dessa capacidade com a absorção deles». Afigurava-se-lhe não ser já indiscutível ter-se deparado então pela primeira vez a descoberta, «decerto confusa ainda, de uma potência ou uma *alma* que agita o corpo». Nos nossos dias «a androfagia é um rito entre selvagens nossos contemporâneos» para quem «devorar o inimigo é comungar».

Quando uma civilização se tornou definida, o homem já não devorou o semelhante, privilégio que «fica aos deuses que se invocam por meio dos holocaustos humanos» e chega aos nossos dias onde «acaba na doutrina da transubstanciação em que a metáfora exprime o hábito perdido: 'quem come a minha carne e bebe o meu sangue, vive em mim, e eu nele'» (26).

Reconstituída a vida animal, social e psíquica dos selvagens primitivos, faltava recapitular os seus tipos, o que Oliveira Martins faz no último capítulo do Livro IV, com a descrição das três raças fósseis da Europa: a de Canstadt, a de Cro-Magnon e a de Furfooz, descrição meramente conjectural com base nos autores em que se apoiou.

No último livro, o Livro V, último da obra, passa uma rápida revista às raças naturais, às quais, no ano imediato ao da publicação

(25) Pág. 170.

(26) *Loc. cit.*

dos *Elementos*, ele dedicou obra especial, e, ainda apoiado em Haeckel, traçou a árvore genealógica dos seres humanos, criticando seguidamente os sistemas de classificação pelos indícios anatómicos, particularmente o do crâneo. Partindo do critério do professor de Iena — que n'As *Raças Humanas*, divide os homens em dois grandes grupos, os *lissotrices*, ou de cabelos lisos ou anelados, e os *ulotrices* ou de cabelo encarapinhado, para fundamentar a sua discordância de tal classificação tomando para base a capacidade craneana, apresenta Oliveira Martins o quadro de Vogt que iniciou a sua classificação com os Austrálios e a termina com os Ingleses, concluindo pela inanidade de tal classificação: em seu parecer não é aos caracteres anatómicos que se devem ir buscar os elementos para tal classificação, mas de preferência «aos caracteres morais, às línguas, aos mitos religiosos, aos símbolos jurídicos, às criações poéticas, às tradições nacionais» (27).

É no último capítulo — denominado «O homem e a Sociedade» — corolário de toda a obra, que o autor talvez seja mais original insistindo na ideia de ter sido por um esforço de domesticação ou de auto-educação — a vontade — que o Homem saiu do Antropóide, tendo por fantástica a poética ideia do aparecimento súbito e milagroso de um Adão» (28).

Transformando o Antropóide em Homem — através das fases do Bruto e do Selvagem — ele criou para si a ideia de noção abstracta, de onde saíram a Lei e a Moral, numa palavra o quadro só dentro do qual é possível a Civilização. Deixa, pois, de ser *sicut dū*, e passa «a obedecer às condições por ele mesmo criadas» em razão

«dessa segunda natureza que na vida social lhe impunha o domínio de leis tão absolutas como as da natureza animal de que, num certo sentido, se divorciara: igualmente fatais e moralmente imperativas» (29).

Já não é possível «confundir o tipo humano com o animal». Ainda que o Homem se pareça com ele, nos actos orgânicos da sua existência, e no animal seja possível encontrar «os rudimentos dos nossos sentimentos e afeições», o facto é que «os homens dispersos

(27) Pág. 207.

(28) Pág. 213.

(29) Pág. 217.

em grupos ou raças sobre a terra, sentem, crêem, amam, por modos diversos» (30).

Hoje o Homem encontra-se senhor dum conjunto de noções que não podem deixar de se crer já latentes «na primeira parcela da matéria organizada», e com ela

«chegou a iniciar-se nesse mundo inteligível, ou ideal ou racional, que é regido por leis absolutas da natureza diversa das que regem a vida orgânica. Foi isto que a simbólica serpente do Paraíso lhe profetizou nas palavras bíblicas — *Eritis sicut dii*» (31).

Considerando indispensável esboçar as condições em que o homem vive sobre a Terra e as influências recíprocas para o autor poder aferir «o carácter do desenvolvimento particular das várias raças humanas» (32), opina que tal conhecimento é dado pela mesologia, «uma ciência em via de formação», que trabalhos de homens como Montesquieu, Hume, Comte, Herder, Hegel e Buckle ainda não puderam fixar.

«Mal dirigidos, — escreve — ou pelos princípios do idealismo dogmático, ou pelo falso critério do naturalismo materialista, umas vezes subordinando tudo à revelação fatal de uma ideia transcendente, outras, pelo inverso, fazendo do homem um mero produto do local sobre que vive: os ensaios ou esboços de mesologia, incluídos como capítulo na Filosofia-da-História, pecam também por imperfeição ou insuficiência das observações necessárias para proceder com segurança, e de um modo indutivo. Assim, como iremos vendo, construções aparentemente científicas, laboriosamente architectadas, levam com frequência a verdadeiros paradoxos, quando não conduzem a positivos disparates» (33).

Crê o escritor que existe já «um vasto pecúlio de observações positivas e um material considerável de erudição» que permitem constituir essa ciência nova,

(30) Pág. 220.

(31) Pág. 221. A partir da 2.^a edição (1881), o autor apensou ao seu livro uma notícia acerca dos trabalhos do Congresso de Antropologia realizado em Lisboa de 20 a 29 de Setembro de 1880.

(32) *As Raças Humanas*. 4.^a edição. Lisboa, 1921. Tom I. Pág. 1.

(33) *Loc. cit.*

«que, para se formular em corpo de doutrina, espera contudo ainda o homem superior capaz de coordenar os membros dispersos, apresentando-no-los na sua realidade orgânica»,

o que foi impedido pelo

«predomínio quase absoluto dos processos exclusivos na filosofia. O dogmatismo idealista e o materialismo naturalista têm falseado por vias diversas, mas com um resultado igual, as observações coligidas por um Herder ou um Hegel, por um Montesquieu ou um Buckle»⁽³⁴⁾.

O homem não é produto do meio em que vive, mas as condições da sua existência têm influência decisiva «no sentido de caracterizar as manifestações do desenvolvimento físico e moral das sociedades», em «permitir ou impedir, fomentar ou embaraçar, a germinação das sementes que a natureza pôs na inteligência humana», e até «na própria constituição física dos homens, de um modo tal, que chega a determinar subcategorias consideradas primitivas e com as quais os antropólogos negam a unidade específica da humanidade e a dividem em doze espécies ou raças naturais»⁽³⁵⁾.

Para o progresso fazer avançar a civilização de modo constante e uniforme seria necessário não existirem entre os homens «essas primitivas categorias de capacidade étnica reconhecidas por todos», independentemente de dependerem ou atacarem a teoria da unidade da nossa espécie. Supondo que os homens tivessem nascido todos com dotes de capacidade progressiva,

«o desenvolvimento da civilização só poderia ser igual em toda a parte, se a terra por toda a parte oferecesse condições iguais de existência, coisa que sabidamente se não dá»⁽³⁶⁾.

Além destas causas, há a acrescentar ainda outras, «provenientes do modo de ser da terra no nosso sistema solar»: distribuição irregular das massas continentais e marítimas, as coordenadas geográficas, os ventos, o grau de humidade, a orientação das cadeias montanhosas, tudo isto influi para fazer variar as características físicas,

⁽³⁴⁾ Ob. cit. Pág. 2.

⁽³⁵⁾ Loc. cit.

⁽³⁶⁾ Pág. 3.

os hábitos e os costumes dos homens, e, portanto, no atraso ou progresso das massas humanas que vivem em determinado ponto da terra.

Após tão longo exórdio, importante para se conhecerem as ideias do escritor no que elas podem ter de originais ou subsidiárias, começa a referir-se aos elementos de maior relevância de acção mesológica: a temperatura, a alimentação, a corografia, a paisagem e a salubridade.

Rebatendo a conhecida teoria da influência do clima sobre os costumes, exposta por Montesquieu no Cap. II do liv. XIV do *Esprit des Loix* ⁽³⁷⁾, Oliveira Martins acerca do absurdo daquilo que o célebre pensador expôs, escreve: que a

«conclusão geral, a nosso ver possível de tirar da acção da temperatura sobre o homem, é a de que o calor precipita as funções vitais em razão directa da sua intensidade» ⁽³⁸⁾.

E adiante:

«O frio excessivo mata a vida animal; o excessivo calor exagera-a de tal modo que impede ou prejudica o predomínio da vida racional e intelectual, e portanto da vida económica, predomínio necessário ao desenvolvimento das sociedades».

Todavia,

«a civilização, com os seus preceitos e as suas artes, vem a adquirir a força bastante para até certo ponto reagir e vencer

⁽³⁷⁾ «On a donc plus de vigueur dans les climats froids. L'action du coeur et la réaction des extrémités des fibres s'y font mieux, les liqueurs sont mieux en équilibre, le sang est plus déterminé vers le coeur et réciproquement le coeur a plus de puissance. Cette force plus grande doit produire bien des effets, par exemple, plus de confiance en soi-même, c'est-à-dire, plus de courage, plus de connaissance de sa supériorité, c'est-à-dire moins de désir de la vengeance; plus d'opinion de sa franchise secrète, c'est-à-dire de franchise, moins de soupçons, de politique, et de ruses. Enfin, cela doit faire des caractères bien différents. Mettez un homme dans un bien chaud et enfermé; il souffrira par les raisons que je viens de dire, une déffaillance de coeur très grande. Si, dans cette circonstance, on va leur proposer une action hardie, je crois qu'on l'y trouvera très peu disposé; sa failleur présente mettra un découragement dans son âme; il craindra tout, parce qu'il sentira qu'il ne peut rien. Les peuples des pays chauds sont timides comme les vieillards le sont; ceux des pays froids sont courageux comme le sont les jeunes gens». *Ceuvres complètes de Montesquieu*. Paris. MDCCCXXXIV. Pág. 299.

⁽³⁸⁾ Pág. 15.

o que as condições naturais predestinavam. (...) Acima da influência do calor é mister, portanto, pôr a da capacidade da raça. Prescindir deste elemento, considerando o homem um produto absoluto do ambiente, e pretender daí estabelecer leis de selecção constante entre a termometria, a constituição física e o carácter moral, é positivamente quimera que só leva a absurdos» (39).

Buckle, a quem irá fazer a crítica quando, na *História da Civilização Ibérica*, chasquear da sua célebre teoria da influência dos terramotos no carácter e temperamento dos Espanhóis, é aqui chamado a terreiro, desta vez devido a outra teoria que reputa de «singular na sua extravagância» (40), qual era a de todas as civilizações terem por base um cereal, proposição que o historiador acha inexacta e sem alcance, pois se a agricultura é «condição necessária de fixação de uma civilização, a confusão da causa com o efeito é manifesta *post hoc, ergo propter hoc.*» (41).

Rebate o nosso autor ainda a opinião de Buckle de as grandes civilizações se terem desenvolvido junto das margens dos grandes rios por serem a humidade e o calor as condições de fertilização dos terrenos, e pergunta por que, sendo tal condição primordial, «se não desenvolveram também civilizações em vales tão férteis como os anteriores (42) no do Congo, no do Zambeze, por exemplo» (43). E explica que esse fenómeno, em sua opinião, resulta «do carácter primordialmente essencial da capacidade da raça», não deixando de acentuar que a teoria de Buckle é ainda contraditada pelas civilizações americanas do Perú e do México, que se desenvolveram no planalto ocidental da América.

Escolheu Oliveira Martins a Buckle para contraditar, possivelmente por tratar-se de um dos escritores mais conspícuos do seu tempo, cujas doutrinas aceitavam os autores, completa ou incompletamente, facto aliás correntemente observado na actualidade: perante um nome eminente, a crítica ou não se exerce e assim se aceitam os seus postulados como axiomas, ou se faz moderadamente, como se o errar não seja próprio do homem, e os grandes homens se encontrem para além dos limites do erro.

(39) Pág. 17.

(40) Pág. 18.

(41) *Loc. cit.*

(42) Os vales do Nilo, do Eufrates, do Indo e dos rios da China.

(43) Pág. 19.

A atitude crítica de Oliveira Martins era, afinal, a mesma da sua geração, a primeira que no decurso dos quatro escassos séculos da nossa vida mental até então decorridos, procurou *conhecer* o porquê das coisas e não aceitar de olhos fechados o legado do passado.

Autores de renome faziam resultar do frio a civilização, outros do calor, nos dois casos viam na temperatura ambiente a condição básica originária das civilizações, afigurando-se isto absurdo ao historiador por prescindirem do valor psicológico das raças, pondo «no *meio* a causa primária do seu desenvolvimento»⁽⁴⁴⁾. Apresenta a Europa como exemplo bem patente de uma civilização poder surgir, desenvolver-se e prosperar, quer em regiões frias, quer temperadas ou quentes, pois «salvos os extremos frios», o homem era capaz de progredir, mais ou menos em toda a parte.

Segundo se lhe afigurava, não havia coincidência entre o ideal das condições propícias para a vida se desenvolver e o das condições favoráveis para o desenvolvimento das civilizações. Para poderem germinar, insistia, as «sementes racionais latentes no espírito do homem natural» exigem «que o *meio* por deficiente o não atrofie» e «também que por exuberante o não perverta». Os climas temperados são os convenientes à vida social e as civilizações duradouras desenvolveram-se em «regiões susceptíveis de produto regular com um trabalho normal», cuja ilustração são a Europa e a China.

«Para que o fenómeno da civilização se realize não basta, e até não convém, que o homem possa alimentar-se onde, como o quer que seja: é indispensável que se encontre forçado a ser *previdente*, qualidade fundamental que distingue o civilizado do selvagem».

A civilização fez perder à vida humana, encarada do ponto de vista económico-orgânico, «a liberdade solta», dela fazendo uma função e um ritmo, é certo. Do ponto de vista plástico, «as sociedades cultas moderam a pressão a que se existe nos climas genesíacos dos trópicos, moderando a intensidade das pulsações». Todavia, tudo isto se torna

«indispensável ao desenvolvimento da vida moral, que é a fórmula concreta da distinção do reino animal e do humano. O selvagem, com a inconsciência demonstrada na sua impre-

(44) Pág. 21.

vidência, na sua liberdade, na franca expansão das suas fruições sofre decerto uma diminuição de vida natural, quando se torna, como verdadeiro homem, um elemento componente desse organismo superior e novo, a sociedade» (45).

O terceiro dos elementos atrás referidos é o lugar do *habitat* dos povos acerca do qual no tempo de Oliveira Martins ainda se não fizera qualquer tentativa de sistematização científica, havendo «apenas observações dispersas, mais ou menos coordenadas, observações porém graves», que o historiador vai discutir, analisar e pesar.

Hegel considerava três categorias geográficas essenciais, explicativas das civilizações: as altas regiões áridas, extensas planícies e estepes, os vales; e as regiões do litoral, às quais Oliveira Martins acrescenta mais duas: as ilhas isoladas e as regiões alpestres.

Explica e justifica o escritor com factos o fundamento das teorias hegelianas, bem como as razões que fundamentavam a inserção das categorias geográficas, e com elas completou as apresentadas pelo filósofo.

Referindo-se à quarta das categorias geográficas, a paisagem, em seu parecer não é apenas o aspecto global oferecido pela Natureza imediatamente aos olhos de quem a contempla, mas ainda aqueles elementos que a caracterizaram com permanência, relevo, cor, vegetação, e também outros estados físicos transitórios ou ocasionais, como «a limpidez do céu e as suas nuvens, os turvados com os seus clarões e estrondos, as chuvas, e por fim os terramotos, a que Buckle deu um papel eminente», embora considere tais elementos «de uma importância muitíssimo pouco grave» por impressionarem em geral as imaginações quanto mais grosseiro for o estado de espírito do homem, conquanto tivessem desempenhado um importante papel «na história da formação e desenvolvimento dos mitos» (46). O hábito de contemplar a paisagem afigura-se ao autor obliterar as impressões, pelo que se foi «um elemento essencial das primitivas concepções da humanidade, torna-se um elemento quase indiferente na vida civilizada» (47).

O cap. II da Introdução — «A civilização e a natureza» —, o mais desenvolvido dos dois, é fundamental para o conhecimento das ideias de Oliveira Martins quanto às relações do homem, «como indi-

(45) Pág. 22-3.

(46) Pág. 31.

(47) Pág. 32.

víduo social e o mundo, como seu *habitat*», tendo isto dado «lugar à criação de um ramo dos conhecimentos que se denominou Filosofia da História» (48).

No *Helenismo*, referido mais adiante, numa página célebre e discutida, expôs o escritor pela primeira vez a sua teoria do papel do Acaso na história, não obstante esta, como ciência, possuir leis próprias. Ali considera os «casos fortuitos» serem «na história infinitamente mais numerosos do que em qualquer outra ciência» (49). Aqui tem Oliveira Martins o Acaso por «factor evidente, constante, nos fenómenos históricos» (50).

As raças podem possuir dotes ingénitos ou idiosincrasias que as predisponham para uma civilização progressiva, para a barbárie ou para a permanência no estado selvagem: sempre os acasos vêm alterar as previsões e desviar o curso natural da História. Apesar de tudo há uma civilização-tipo: a europeia. A Europa, zona sem excessos climatéricos, foi o melhor local onde conseguiu manter-se a melhor raça: a indo-europeia.

Esta expandiu-se até ao extremo limite da Europa, que era o Atlântico. Quando, em tempos recentes, o atravessou, levou a sua civilização a novos continentes. A migração dos Arianos em direcção à Europa é um desses misteriosos acasos fortuitos até hoje impossíveis de explicar.

Quando chegaram à Europa, encontraram-na povoada de gentes selvagens, de quem nada teriam a aprender; mas nas margens do Mediterrâneo perdurava a antiquíssima civilização hamito-semita, a cujo contacto eles iniciaram o progresso da sua civilização, que havia de ser a civilização mundial e civilização-tipo, «absorvente de todas as civilizações particulares-locais». Todavia não deixa o escritor de reconhecer que o Acaso não basta «para impedir que a civilização progrida de um modo normal regular», pois causas diversas podem concorrer e dar lugar «a uma variedade de fenómenos excepcionais» (51).

A decadência e a degenerescência das raças podem dever-se a factores diversos, «da falta de capacidade para se manterem num estado a que algum acaso as elevou», ou então em resultado «de alteração das condições próprias para a conservação do estado culto que

(48) Pág. 40.

(49) *O Helenismo*. Pág. XIV.

(50) *As Raças Humanas*. Tom. I. Pág. 45.

(51) Pág. 50.

tinham atingido» (52). Contra Schlegel, para quem o estado selvagem é sempre uma degenerescência étnica, asseverava Oliveira Martins que tal teoria nem mesmo merecia discussão pois «tudo nos demonstra a existência de raças incapazes de atingir a civilização» (53).

Tão erróneo é, porém, considerar-se a degenerescência do ponto de vista de Schlegel, como todos os homens igualmente capazes de atingirem o estado civilizado. Não pode haver *ricorso* nas civilizações, como Vico o formulara na sua célebre lei. O pensador italiano não era etnólogo, até porque no seu tempo ainda não haviam nascido a Antropologia nem a Etnologia. Mas a sua teoria é errónea, segundo concluiu o historiador, «por não ver nas decadências das civilizações casos fortuitos, mas sim leis necessárias» (54).

Todavia, se não se dá o *ricorso* nem nas civilizações gerais, nem nas particulares, ele ocorre necessariamente «na existência particular de muitos órgãos da sociedade». Aos excessos do poder absoluto sucede uma reacção anárquica, que, *et pour cause*, engendra um novo despotismo.

As aristocracias, depois de já terem sido esquecidos os seus serviços, acabam às mãos do povo ou da tirania. Se houve heróis que fundaram dinastias, «os descendentes amesquinhadados, as arruinam». Com a frugalidade, os povos adquiriram coragem que lhes deu a vitória, esta, porém, deu-lhes, por sua vez, a riqueza, que os amoleceu e corrompeu (55).

Pergunta o nosso autor se essa mesma degenerescência se dará nas colónias europeias, quando se quebrarem os laços que as prendem à mãe-pátria. Se os Arianos, transportados a outros continentes, acabaram por expulsar ou exterminar os povos indígenas parecia-lhe constituía problema saber se eles não perderam alguns desses dotes conquistados com o tempo e se não adquiriram nada do novo meio em que se estabeleceram. Se o meio não deixa de influir determinando certos caracteres físicos, daí a concluir que esses caracteres impliquem forçosamente uma degenerescência, vai grande distância.

Se existem exemplos de colónias recaídas no estado de barbárie ou selvagem, o facto deu-se pela paragem ou decadência da civilização devido ao seu isolamento.

Recapitulando seguidamente algumas das ideias expostas antes.

(52) *Loc. cit.*

(53) Pág. 51.

(54) Pág. 52.

(55) Pág. 53.

nos *Elementos*, quanto à evolução do progresso, desde o estado selvagem «quase besta», até ao homem supericrmente culto, salientando a assincronia das fases evolutivas da marcha das sociedades formulando «séries de categorias sucessivas que sintetizam ou sumariam a história, pelo que diz respeito à população, à agregação, ao regime e ideias de coesão social»,⁽⁵⁶⁾ chega finalmente à noção de liberdade natural, «doutrina que, se não chegou a formular-se em teoria filosófica da história, ganhou grande conceito como filosofia do direito», a qual «é apenas a consequência (mas praticamente a mais grave consequência) do emprego temerário do método dedutivo»⁽⁵⁷⁾.

Reputando imaginária a liberdade do estado natural, achava-a ainda

«uma quimera originada na escassez das observações, porque nunca os selvagens se encontram constituídos em democracias: a sociedade principia por tiranias, e a igualdade das condições é um resultado da história, não um facto da natureza»⁽⁵⁸⁾.

Não crendo na força das leis da adaptação, tão-pouco aceita «as conclusões absolutas do idealismo clássico, nem as do espiritualismo romântico», portanto nem «a República de Platão, nem o Contrato de Rousseau», atendendo a que hoje a ciência consegue «definir com maior profundidade a completa natureza das coisas». O Progresso «*vis ultima* que impele o homem num sentido», «nem se desdobra de um modo providencial, nem se concebe que possa atingir a expansão absoluta». E prossegue:

«O destino da humanidade, como coisa real, é contingente e relativo; a nossa existência, o nosso desenvolvimento estiveram e estão adstritos a condições externas, variamente favoráveis, com as quais a civilização caminha como um barco mareando, ora impellido por um vento fagueiro, ora torcendo as velas à bolina para aproveitar a aragem oblíqua, umas vezes capeando, outras correndo com o tempo em árvore seca, agora entrando alegre no porto, logo naufragando contra algum recife.

(56) Pág. 63. Essas séries são, quanto à população — nómadas, sedentárias e de fixação urbana; quanto ao modo de agregação — país, cidade; quanto ao regime — patriarcal, feudal, municipal; quanto às ideias — nação, pátria, Estado.

(57) Pág. 69.

(58) Pág. 70.

A história é uma viagem, de rumo vário, mas destino certo. A humanidade é uma tripulação. As civilizações, com as suas ideias, as condições da sua existência, são como o barco vogando no oceano, armado mas não imune contra os casos funestos» (59).

As civilizações particulares foram absorvendo as suas precedentes até que os Indo-Europeus «iniciaram com as suas faculdades superiores a obra final» substituindo ou destruindo todas as populações inferiores.

Espanta-se o escritor perante os recursos de que a acção dos Indo-Europeus se serviu, considerandc-os gigantescos, com um poder que «parece maravilha», com «a sua ciência que espanta», com uma curiosidade que estonteia, com um pensamento vasto e profundo que enlouquece. Mas pergunta para onde vai a nossa civilização, com «tamanho força, tão extremada audácia, com um êxito completo, com um orgulho consequente». E perante as perspectivas assustadoras da Ciência quanto ao futuro da Terra, que tão bem se compadecem com o pessimismo natural do escritor, queda-se este a considerar as perspectivas sombrias da Eurcpa já nesse tempo. E conclui:

«Mas se a civilização da humanidade tem de parar num certo momento do seu desenvolvimento, isto é, naquele momento que coincidir com o limite máximo da capacidade da melhor das suas raças, suceder-lhe-á degradar-se, degenerar até morrer, como vimos com as civilizações particulares ou locais? Deve ser, porque o ritmo vital é a condição de tudo o que realmente existe: só as ideias da razão são reais, absolutas e eternas» (60).

Desta forma conclui a longa Introdução, que, como se viu, repete, em muitos passos, ideias já expendidas em obras anteriores ou vai retomar em obras futuras. Por este breve esboço, conclui-se qual era o seu conceito da Etnologia, do qual alguns críticos discordam, enquanto outros atacam. Longe de ser obra de Etnologia pura, é, acima de tudo, o que a segunda parte do seu título promete, um estudo da «civilização primitiva», prólogo às duas obras que depois publicará e constituem, ainda hoje, um bom resumo de introdução à História, descontados naturalmente os prejuízos correntes entre os sociólogos do tempo do autor.

(59) Pág. 71-2.

(60) Pág. 73.

Divide o escritor a matéria da sua obra em quatro livros: Etnografia Geral — As raças da Europa — Estratigrafia étnica — A civilização mediterrânea.

Tendo-se referido às dificuldades de classificação das raças, que o tempo, longe de aplanar, ampliou, e aos métodos seguidos pelos mais notáveis dos autores, desde a *Bíblia* a Fr. Müller, cujo método adoptara já nos *Elementos* ⁽⁶¹⁾, Oliveira Martins dá início à sua «viagem à volta da terra», capítulo de etnografia descritiva, aí nos pondo em contacto com os mais variados povos do globo.

Representa este capítulo vasta soma de trabalho, não obstante a matéria ser subsidiária dos tratadistas do seu tempo. Nem por isso, porém, a tentativa de divulgação do autor se mostra menos credora dos aplausos dos que vêem nas obras de divulgação científica mais mérito do que propriamente nos tratados expositivos, sempre dirigidos aos eruditos, público restrito e com suficiente cultura para penetrar nos recessos mais escusos das ciências mais abstrusas, porquanto as obras de vulgarização visam a um público mais vasto, heteróclito, das culturas mais variadas, desde o ignorante absoluto até ao homem superiormente culto embora não especialista, o que exige dos autores, a par de conhecimentos vastos e sólidos, grande poder de síntese e discernimento apurado, capaz de joeirar o essencial do acessório e não atraiçoar a sua missão de vulgarizador induzindo em erro.

O Liv. II inicia-o com o estudo das raças da Europa, fazendo a crítica do que hoje se chama o mito da «raça turaniana», que um momento teve a mesma voga entre os eruditos que teria o ligurismo nos fins do século. Fantasia sem qualquer fundamento ou consistência, ela serviu, no entanto, para explicar o que, do ponto de vista etnológico, antropológico ou histórico, não encontrara ainda explicação cabal, como serviu para preencher vazios tantalizantes, que a Ciência não pudera ainda fazer desaparecer. É lisonjeiro para o nosso autor, que em plena euforia do «turanism», tenha descoberto a fragilidade,

(61) Na sua *Algemeine ethnographie*, o sábio austríaco divide primordiaimente as raças humanas em dois grandes grupos: homens de cabelos encarapinhados (*ul'otrices*) e homens de cabelo l'iso (*'isotrices*), cada um dos quais divide ainda em dois subgrupos, respectivamente *lophocomi* (com os cabelos em tufo) e *eriacomi* (com os cabelos em lã), e *euthycomi* (cabelo corredio) e *euplocomi* (cabelo anelado) dentro dos quais arruma as doze raças.

Creemos, porém, que foi Haeckel quem primeiro na *História* citada (pág. 57) apresentou esta classificação, o que Oliveira Martins parece combater nos *Elementos*, pág. 199.

sobretudo por se tratar, não de um especialista, mas apenas de um divulgador, talentoso embora.

Seguidamente refere-se às invasões arianas, que traçaram definitivamente o rumo da história da Europa, dessa «raça superiormente dotada, à qual compete o domínio exclusivo da terra pelas leis da concorrência vital e de selecção»⁽⁶²⁾ resume as noções correntes no seu tempo acerca dos Italo-Gregos, dos Celtas, dos Germanos e dos Eslavos, com os quais completa o estudo das raças históricas que na Europa tiveram o seu *habitat* definitivo.

Se, entre as raças, a Ariana é a mais bem dotada, melhor a única dotada das mais altas qualidades, à qual pertence o domínio do Mundo, entre os povos não pode Oliveira Martins ocultar a sua admiração pelos Romanos, cuja história vai em breve amorosamente escrever.

Se dos Celtas nós, Portugueses, revelámos qualidades na nossa aventura marítima, no nosso messianismo, no nosso lirismo e até «na inconsistência e passividade que no nosso carácter alternam com os acessos de fúria africana ou de misticismo semita»⁽⁶³⁾ é na França que o escritor vê a «nação representante da raça céltica», com todos os seus defeitos e também as suas qualidades». E logo aqui entra afoitamente nas generalizações, cuja expressão alicianse nem sempre pode ocultar a fragilidade das bases, escrevendo uma página muito bela, mas que convém ler com reserva pelo que encerra de discutível.

Dos Germanos, entrados na História no séc. II A. C. não encontra o génio próprio nem no instinto comercial e marítimo do Inglês, porque essa é faculdade comum a Celtas, Gregos e Semitas, como tão-pouco o encontra nas instituições e leis, porque «coube aos latinos de Roma exprimir em todos os seus graus, ou momentos evolutivos o tipo da história social, política ou económica»; nem em nenhuma das artes, nem nas ideias práticas, nem na capacidade de simbolização artística, nem na lucidez de compreensão intelectual, mas antes na «poesia transcendente expressa em palavras, em harmonias musicais, em fórmulas metafísicas», e ainda nas ciências filológicas que «são a auscultação subtil da alma humana». É esse o foro próprio do génio germânico, «a flor da sua civilização», a traduzir inegavel-

(62) *As Raças Humanas*. Vol. I. Pág. 196. Há nestas notas indubitavelmente influência de Darwin e de Gobineau. O. Martins manifesta-se nesta obra e em outras posteriores um «racista» típico, contudo sem nada de comum com os exageros do racismo do nosso século.

(63) Pág. 272.

mente «o mais íntimo, o mais profundo, o mais compreensivo grau de percepção que o espírito humano pode atingir»⁽⁶⁴⁾.

Chegam finalmente os Eslavos, os últimos arianos a entrar na história e durante séculos sujeitos à compressão dos Tártaros, que inundaram a Europa e, um momento, a tiveram seriamente ameaçada. Mas quando os Mongóis se aquietaram, e quando «a Rússia começou a fixar-se, constituindo-se num grande império rural, (...) então o papel histórico do eslavo mudou». Deixou «de obedecer passivo à pressão asiática «e, voltando-se para o Ocidente, devotou-se à expansão colonial até atingir as margens do Pacífico». E a «obra de conquista do mundo, executada por mar pelo saxónio, executa-a por terra o eslavo».

É também uma página muito bela aquela em que o escritor compendia a evolução histórico-social da Rússia; «Império na genuína acepção da palavra, a Rússia é por isso mesmo uma democracia: tudo está aberto a todos». Vê-se que o autor sentia simpatia pela auto-cracia do Czar por ver no regime imperial «um organismo semelhante ao do império romano, uma democracia cesárea». Assim como em Roma o cesarismo assentava no município, na Rússia era a comuna, o *mir*, pedra sobre que se firmava o império. Povo de lavradores e submissos soldados, ele «lavra a Ásia em fundos regos, distribuindo por toda ela as sementes da civilização ariana» e, expandindo-se colonizando, põe «na Ásia inteira, a civilização e o sangue dos ocidentais»⁽⁶⁵⁾.

Sem querermos pronunciar-nos partindo de pressupostos de carácter crítico acerca das ideias martinianas, não deixaremos de salientar que a excessiva preocupação de síntese do escritor levava-o por vezes a desprezar factores importantes, mas que lhe invalidariam as teses preconcebidas. Cremos desnecessário chamar a atenção dos leitores para os erros de visão do autor em algumas das passagens transcritas, os quais, em grande parte, são fruto das leituras sem a observação directa ter contribuído para confirmar ou invalidar o testemunho dos autores, tantas vezes imperfeito, deficiente ou mesmo malevolente, defeitos que sobressaem, em particular, nesta última passagem onde os leitores tiveram já oportunidade de ver como Oliveira Martins viu falso na alma russa, cujo «arianismo» realça demasiado, esquecendo ou desprezando o substrato mongólico evidente e inegável.

(64) Pág. 289.

(65) Pág. 305-7.

À «estratigrafia étnica»⁽⁶⁶⁾ passa o escritor a referir-se, partindo à procura da existência das leis que regem o «desabrochar dessa flor da sociabilidade dos homens», recorrendo aos relatos dos viajantes e dos historiadores, aos dados da Etnografia e da Arqueologia, pelo que esta parte da obra constitui «um ensaio de embriologia social». Por agora não o interessam a evolução das instituições, nem a das religiões e seus cultos, nem a do governo e suas leis, tão-pouco a da riqueza e seus processos, que constituirão o objecto de obras a publicar mais tarde; interessa-o aqui apenas o balbuciar dos elementos sociais, «indistintos e mal individualizados».

Quando, porém, surgiram os primeiros indícios desses instintos? Tal pergunta só poderia ter resposta cabal se fosse possível determinar exactamente o momento em que o animal se transformou em homem, isto é esse *elo* que falta, e ao qual, como já se viu, Oliveira Martins se refere nos *Elementos*. Um momento houve em que o homem deve ter passado do «estado animal» ao «estado moral». Crê, o nosso autor, não ter havido entre os dois estados transição ininterrupta, por ser incontrolável; por meio que se remonte no tempo, «nunca se encontrou uma família humana, não somente sem fala, isto é, sem razão, mas nem aquela destituída de noções morais, por grosseiras ou extravagantes que fossem»⁽⁶⁷⁾.

Não falará, portanto, da transição, mas do «desenvolvimento primitivo dos fenómenos racionais sociais, em certos selvagens expressos», embora ainda com forma obscura e embrionária que fazem «os espíritos rectilíneos a negar a originalidade das faculdades sociais-humanas»⁽⁶⁸⁾.

O estudo da estratigrafia étnica o fez, não como o viajante que vê e vai anotando, mas «como filósofo, subordinando a [sua]

⁽⁶⁶⁾ Explica o autor as razões por que empregou um termo da geologia, e de forma sugestiva: «Os estratos ou sucessivas camadas de povos com sangue diversos, e a sua distribuição geográfica, foram o assunto do primeiro volume desta obra, trabalho descritivo, indispensável ao que agora nos chama. A estratificação é agora de outra natureza. Também os estados sociais, sucessivos representados mais ou menos individualizadamente por determinadas raças, se sobrepõem, com os povos representantes deles, à maneira do que sucede nas camadas da terra. Não há com efeito apenas uma justaposição de gentes diferentes em capacidade, pois se assim fosse a etnografia seria apenas a descrição dessas gentes e seus *habitats*. Há de facto uma sobreposição, uma substituição universal e constante, do mais forte pelo mais fraco, em virtude da lei necessária da concorrência vital». (Pág. 3).

⁽⁶⁷⁾ Vol. II. Pág. 2.

⁽⁶⁸⁾ Pág. 3.

derrota a um plano e as [suas] notas a um sistema»⁽⁶⁹⁾ chamando *etnometria* a esse sistema, definindo-o como «a ciência que, medindo, estuda o progresso dos povos»⁽⁷⁰⁾.

Desenvolvendo as suas ideias relativamente aos diversos estádios da vida do homem, desde a sua fase embrionária como «homem da Natureza» até ao homem social, vai analisando o pudor e as relações sexuais pelo método comparativo, em grande parte apoiado nos depoimentos dos viajantes e de muitos dos nossos cronistas e aventureiros, cujos dizeres o historiador interpreta, ousadamente, à luz das ideias do seu século, desenvolvendo ou repetindo algumas das ideias já antes expendidas nos *Elementos*, avançando outras que em obras futuras desenvolverá.

A guerra, a androfagia (já largamente analisadas nos *Elementos* e a que voltará a referir-se no *Sistema dos mitos religiosos*), a ideia da morte e as fases que revestiram os cultos, tudo isto analisa com espírito indagador e, em muitos passos, aventando opiniões originais.

O capítulo a respeito da origem e evolução do sentido de Moral é precioso, não apenas para o conhecimento das ideias do autor, mas ainda para o da sua própria psicologia⁽⁷¹⁾. Nas suas palavras sente-se a austeridade do seu carácter, essa seriedade, quase sisudez que lhe deu à fâcies aquele aspecto grave que já lhe encontrámos na mocidade e apenas em um dos seus últimos retratos vemos quebrado por um esboço de sorriso⁽⁷²⁾.

Para ele, a noção de Moral encontra-se intimamente ligada à de

(69) *Loc. cit.*

(70) Logo a seguir explica: «Na história da civilização há épocas, e por isso um metro, ou medida. Esse metro, porém, refere-se à sucessão dos estados sociais; e sem relação com o lugar, nem com o tempo, não sendo por isso nem geométrico, nem cronométrico, indica os momentos abstractamente evolutivos que a ciência vai desentranhar nos factos sucessivos dos agregados humanos». (Pág. 7).

(71) Para O. Martins a moral é «a invenção social por excelência: pois, se se concebe que os outros fenómenos colectivos (...) existem rudimentares no homem isolado; não se concebe como a vontade humana possa adquirir esse carácter altruísta em que se torna moral, quando não haja próximo a respeitar».

«Só o homem, entre os animais, tem o instinto da perfectibilidade; só ele, portanto, é um indivíduo moral. Esse instinto ilumina-lhe a um tempo a esfera da inteligência, acordando a razão; e a esfera da vontade, formando o carácter (...) Não há razão perfeita senão no carácter íntegro, nem carácter absoluto senão na razão lúcida. De tal modo a moral, vínculo da sociedade, se torna a própria alma do homem, que, no grémio social, ganha uma segunda natureza». (Págs. 144 e 147).

(72) Ver o retrato publicado.

Civilização; pervertida aquela, esta ruirá. À distância de 80 anos, o historiador-pensador previu com rigor a profunda crise dos meados do nosso século:

«Quando vemos as tendências de certas escolas contemporâneas, não podemos deixar de temer que, ao menos para a Europa ocidental, a desordem do pensamento esteja preparando a crise singular da barbárie individualista no seio de uma civilização material quase maravilhosa. Ver-se-ão casos monstruosos, se chegar a haver bárbaros armados com todas as descobertas das ciências. Não parece que daí possa provir uma ruína da civilização, mas decerto provirá o que sucede aos bárbaros quando incomodam nações vizinhas; alguém nos imporá com a força a autoridade que tivermos chegado a desconhecer na lei» (73).

No excessivo individualismo, via um «vírus» de que a Europa estava atacada no seu tempo «como uma tentação de regresso ao estado mental quase inorgânico das sociedades primitivas» (74), e contra tal estado de espírito se insurge, vendo nesse individualismo «aberração perigosa», consequência «da crise originada pela dissolução das religiões». E este agnóstico, que no ano imediato publicará o *Sistema dos mitos religiosos*, sua profissão de fé naturalista, ou preferentemente exposição das razões do seu agnosticismo entendendo que a moral e a piedade «são flores sublimes do espírito, expressão clara de instintos misteriosos, ideais formulados historicamente em dogmas, preceitos, máximas», entende, por outro lado, que à medida que «a piedade e a moral se desprendem ou se definem claramente, mais difícil se torna aos espíritos vulgares e grosseiros reconhecê-los e obedecer-lhes».

Para o pensador seria isto «um sintoma de atavismo etnométrico» daí resultando «o bárbaro e o selvagem», que negariam o direito de punir, para apenas reconhecerem «como justa a vontade animal», acarretando assim a obliteração da moral, o que provocaria a destruição da sociedade «se chegassem a pôr-se em prática as doutrinas dissolventes da autoridade social», que, a par duma quase total indiferença em matéria de religião», originava «uma expansão diariamente crescente da autoridade do estado» (75).

(73) Pág. 152.

(74) Pág. 155.

(75) Pág. 156.

A matéria deste Liv. III vai concluir com a adesão do autor à ideia do direito de punir que cabe à sociedade, «porque a autoridade é o órgão da vontade socializada, a que se chama moral» e é «princípio imperativo para a consciência e orgânico para a sociedade» ⁽⁷⁶⁾.

Eis a sùmula, ainda assim forçosamente resumida, das ideias do pensador neste Liv. III, de facto o fulcro desta obra que, impropriamente, denominou *As Raças Humanas*.

No Liv. imediato estamos já em terreno conhecido, no campo histórico: o pensador, o sociólogo dão lugar ao historiador, que descreve as civilizações do Mediterrâneo, ainda hoje por alguns consideradas as mais antigas do Mundo ⁽⁷⁷⁾, as orientais e as fenícias, seguindo-se os primórdios da europeia, nas eras da pedra polida e do bronze, resumo parcial do que já expusera nos *Elementos*. Também com expressão rápida alude ao curso da civilização indo-europeia, desde que a Fenícia — segundo a lenda de Cadmo — veio civilizar a Grécia e depois Roma — à qual Oliveira Martins entoa sempre o hino da sua admiração — que se tornou senhora do Mundo. Roma é de facto, para o historiador a nação-tipo, melhor o Estado-tipo que em parte alguma encontrou paralelo nem sùmile. A história das outras nações é simples esboço «de um tipo que só se forma nitidamente em Roma» ⁽⁷⁸⁾. E Roma vai constituir, com efeito, os cuidados amorosos do autor, que daqui a alguns anos publicará a sua obra-prima, esse hino comovidamente erguido à civilização romana, a *História da República Romana*.

Enquanto os *Elementos*, que o autor ambicionava ser de mera divulgação e, como o leitor viu, se transformou numa interpretação subjectiva e muito pessoal das ideias de Oliveira Martins quanto ao problema das origens, e, obedecendo ao seu pendor natural, o autor bastas vezes substitui o *artista* ao mestre, sempre que umas belas páginas possam inserir-se no texto aligeirando-o, *As Raças Humanas* constituíram o complemento natural do anterior, laço a ligá-la às *Instituições primitivas* e ainda ao *Sistema dos mitos religiosos*. Exposta a origem do homem e a sua dispersão pela face da Terra, faltava descrever a origem do sentimento que o levaria a olhar o céu com terror e tentar encontrar explicação para os fenómenos naturais, nos quais o primitivo veria a acção directa de espíritos sobrenaturais

⁽⁷⁶⁾ Pág. 159.

⁽⁷⁷⁾ Ignorava-se então a existência da brilhante civilização minoana, que floresceu na ilha de Creta e parece ter influído na primitiva civilização micénica no Peloponeso, antes da primeira invasão dos Helenos.

⁽⁷⁸⁾ Pág. 254.

que julgava viverem para além da abóbada celeste, e daí nasceu o *Sistema* (1882), obra um tanto confusa, nem sempre bem concatenada nas suas partes, mas onde se encontram páginas de grande brilho e teorias, discutíveis é certo, mas aliciantes.

O homem, porém, não podia viver isolado. Desde muito cedo os laços familiares obrigaram-no à vida em comum, daqui se originando a vida social com os seus hábitos, os seus costumes, desde os mais simples e ingénuos aos mais complicados, e finalmente as suas leis, tudo o que Oliveira Martins procurou descrever e explicar no *Quadro das instituições primitivas* (1883). Talvez em parte inspirado pela obra clássica de Tylor de nome análogo. Verdadeiro tratado de Sociologia, a ele faremos referência em capítulo posterior.

Estudando a origem do homem, sua fixação e *habitat*, seu sistema de crenças, sua vida social, costumes, chegou por fim às relações económicas, instituições originadas na necessidade da troca, expondo essa nova ciência da Crematística, na obra denominada *O regime das riquezas* (1883) de certo modo prólogo a outra obra, fora do programa da «Biblioteca», *A circulação fiduciária*, que lhe valera a medalha de ouro da Academia Real das Ciências em 1878.

Sendo *O regime das riquezas*, como se depreende do nome, sobretudo obra de Economia, à obra logicamente nos referiremos em capítulo próprio posterior. Trabalho original, sob qualquer dos aspectos por que se possa considerar, com ele encerrou o autor o ciclo a que, com o Prof. Fidelino de Figueiredo, poderemos considerar o estudo dos «elementos estáticos e primordiais das sociedades humanas»⁽⁷⁹⁾, vasta exposição a abranger, ambiciosamente, um longuíssimo período de milhares de anos, desde a aparição do homem sobre a Terra até aos tempos pré-homéricos, em pleno esplendor das sociedades orientais e mediterrânicas.

Mas ao historiador, era evidente não interessar o desenrolar posterior de todas as sociedades, visto como todo o aparato científico, orgulhosamente estadeado nas obras referidas, constituiria uma introdução remotamente explícita da história de um único povo — o Povo Português — que teve o condão de atrair as suas atenções.

Exposta a dispersão dos povos pela Terra, uma família houve que o seduziu, como ficou dito, e da qual sempre que se lhe oferece oportunidade faz o elogio enternecido: a indo-europeia. Ainda assim é apenas ao ramo greco-latino que dedica as suas atenções, seguindo em parte a evolução religiosa dos Gregos e, de modo um pouco con-

(79) Ob. cit. Pág. 98.

fuso, o seu pensamento filosófico e as influências que nele exerceu o Judaísmo, em *O Helenismo e a civilização cristã*, (1878) «obra de neófito da filosofia da História, que quer armazenar nas páginas do livro a maior soma de saber, ainda que cada palavra seja um resumo, cada frase uma síntese, cujo sentido íntimo se perdeu para o leitor», como escreveu o autor citado ⁽⁸⁰⁾.

Abre *O Helenismo* com uma daquelas longas introduções com que antecede alguns trabalhos seus, esta com 50 páginas densas, sùmula do pensamento martiniano ao iniciar a segunda fase da sua vida de escritor e de pensador. Redigida um tanto confusamente, sofrendo talvez das interrupções a que o autor se teria visto obrigado pela impossibilidade de o vaziar de um jacto no papel, e também pela sua incapacidade para a exposição de ideias abstractas, o seu pensamento dilui-se em digressões, nem sempre pertinentes, nem sempre de aceitar.

Na sequência dos tempos, mas não na da publicação, veio depois a origem e evolução da história de Roma até à fundação do Império de Augusto, a melhor de todas as suas obras, do ponto de vista literário exceptuadas as biografias dos últimos anos — a *História da República Romana* (1885), à qual já nos temos referido. Não sendo original na documentação (Oliveira Martins baseou-se principalmente em Mommsen), é-o na «interpretação desses factos, na sua ordenação artística, nos elementos pessoais que lhe transmitiu» ⁽⁸¹⁾.

Nas *Raças humanas* deve o leitor recordar-se de o historiador ter datado o início da História com Roma, respondendo, em apêndice, aos críticos da 1.^a edição, a fundamentar o seu pensamento:

«Mas porque dataremos a história de Roma? Fazemo-lo porque não só essa cidade, famosa entre todas, se torna a primeira capital do ocidente europeu congregado sob a sua hegemonia, como, principalmente, porque, na esfera particular das instituições e das ideias jurídicas, são as leis romanas as primeiras que apresentam um carácter de generalidade notado por Guizot, filho do génio de abstracção apontado por Mommsen: carácter que lhes dá o valor de como que dogmas por serem religiosas, e de preceitos por serem filosóficos» ⁽⁸²⁾.

⁽⁸⁰⁾ Pág. 103.

⁽⁸¹⁾ Pág. 108.

⁽⁸²⁾ Ed. cit. Tom. II. Pág. 273.

Através de toda a obra evidencia-se a admiração do autor pelo Povo Romano, que

«teve esta fortuna incomparável de conceber espontaneamente e como dedução óbvia das suas instituições abstractas primitivas uma ideia nova — a de Nação; ideia que gerou um sentimento também até aí desconhecido — o Patriotismo; ideia e sentimento abstractos, sem relação fixa com o solo nem com o sangue».

E foi «nessa ideia e nesse sentimento» que Roma achou «a origem de uma força irresistível», daí resultando

«o seu domínio sobre todos os povos conhecidos, o seu império sobre todos os Estados civilizados do Oriente e a sua protecção fecundadora, iniciadora, sobre os Bárbaros do Ocidente aos quais ensinou os dogmas de uma crença nova — a sua verdadeira e íntima religião que punha no Olimpo em vez de Zeus a Pátria, e no lugar de Minerva o Direito — a pátria, suma força; o direito, suma sabedoria».

Povo que resultava, possivelmente, da «aliança de tribos de origem diversa, exiladas talvez», fundiram estes os seus sistemas religiosos, «e desse colectivismo nasceu o abrirem o seu panteão a todos os deuses», pressentindo que nada eram as divindades tradicionais, divinizando «todas as abstracções racionais que nos seus diferentes aspectos queriam dizer Pátria e Direito — a dignidade democrática do homem e a grandeza incomparável do romano. Porque a

«invenção de um semelhante estado mental é uma obra tão prodigiosa que, a vinte e cinco séculos de distância, todos nós europeus (...) vivemos socialmente dos sentimentos elaborados em Roma e somos sem dúvida alguma *romanos*»⁽⁸⁹⁾.

Mas Roma, tendo, nas suas origens, inventado o «patriotismo» nacional, inventa ao declinar o «cesarismo», e por isso «todas as nações que posteriormente nasceram no seu seio, educadas na sua grande escola, tingiram de uma cor mais ou menos cesarista as suas

(89) Págs. VIII, XIV. Tom. 1.

monarquias, oriundas, porém, do princípio do patriarcalismo aris-
totélico».

Muitos autores têm escrito e afirmado ter sido Oliveira Martins entusiasta e defensor do cesarismo, que o levaria à apologia do Poder Real, assim o considerando precursor dos regimes autoritários do nosso século. A verdade, porém, está muito longe de tal asserto, sendo o próprio escritor quem, no limiar desta obra, o refuta com clareza insofismável:

«a monarquia prussiana, transformada hoje em império alemão reveste um carácter de socialismo autocrático, que, desvairando o grande mestre da história romana, Mommsen, o primeiro historiador do século, o leva a considerar o principado de Júlio César como a conclusão necessária à evolução da sociedade romana, e o cesarismo como o porto de destino da derrota de todas as nações».

Mas não era nada disso:

«O remorso de Roma assassinou César, para nos mostrar como a concepção era inevitável; e se depois de Ácio, Augusto fundou o império, fê-lo apoiado às forças dos exércitos permanentes e inspirado por uma política reaccionária que nada tem já de cesarista».

E a seguir:

«E necessariamente tem de ser assim, porque nenhum princípio de direito, chegada a razão à época de madureza com que todos os mitos e símbolos se dissipam, manda pôr na vontade arbitrária de um homem os destinos de um povo. Dissipado o direito divino (...) os tronos constitucionais de hoje, incluindo o da Alemanha, representam o compromisso entre essa tradição e a doutrina pura de democracia, significando um preito à razão-d'Estado e não uma obediência aos princípios da razão abstracta»⁽⁸⁴⁾.

No corpo da obra dirá que foi o capitalismo de Estado, «não conseguindo vencer os democratas», quem «origina a aparição do

(84) Pág. XIXVIII.

cesarismo»⁽⁸⁵⁾ fenómeno transitório e local, que deve a Augusto a oportunidade de se alçar ao mais elevado lugar pela concentração das magistraturas».

Mas no «seio do Império, ao abrigo da sua administração e da paz» é que se educaram

«os povos ocidentais europeus; fundiram-se os temperamentos dos celtas, dos germanos, dos iberos, com os dos itálos e heleenos; elaborou-se finalmente a grande revolução psicológica vulgarmente conhecida pelo nome de Cristianismo»⁽⁸⁶⁾.

Todavia, tal como já fizera noutras obras, frequentemente o escritor associa factos da história romana à moderna, inclusivamente da portuguesa. Assim, Catão o *Antigo*, condenando «o desvairamento da nova república imperial cipriónica» parecia-lhe o «velho que nos *Lusíadas* condena a viagem de Vasco da Gama no acto da partida das naus». Na história de Roma via «um paradigma das histórias de muitos povos», e entre eles «do povo hispano-português cuja evolução foi também sufocada pelo imperialismo» que, apoiado pelo ouro ultramarino, veio no século XVI fazer abortar o fomento da vida local democrática»⁽⁸⁴⁾.

As lutas sociais iniciadas com Semprónio Graco viu-as reproduzidas nas lutas travadas em França. Em Roma como em França «as plebes proletárias levantam-se contra as classes dirigentes dominadas pelo sentimento, mais ou menos claro, de que a igualdade política é uma ficção, enquanto não for sancionada pela equiparação da riqueza». A acção de Mário em 667 parece-lhe semelhante à revolta de Junho de 1848, e em Cavaignac viu ele, com muito exagero, um Sila. Espártaco e o seu exército de escravos enfrentando as legiões de Crasso são uma prefiguração da Comuna de 1871 «feita pelos proletários desvairados»⁽⁸⁸⁾.

As oscilações políticas de Cícero no agonizar da República, e o escritor exagera, compara-as às de Thiers ou às do nosso Rodrigo da Fonseca⁽⁸⁹⁾.

(85) Pág. 413.

(86) Pág. XXXI.

(87) Pág. XVII.

(88) Pág. XXII.

(89) Pág. XXXI.

Os romanos dos primeiros tempos eram

«uma gente forte, sem dúvida como ninguém, mas nada amorável e por isso pouco simpática: uma gente bisonha, crente e pertinaz, que nos parece assemelhar-se à nossa gente portuguesa até ao séc. XV, aos burgueses que fizeram rei D. João I e aos soldados que conquistaram a África marroquina»⁽⁹⁰⁾.

Foi «um capitalismo análogo ao contemporâneo que ameaça os estados liberais da Europa», quem matou a república romana⁽⁹¹⁾.

Em Roma havia uma multidão «dependente dos homens influentes pelo poder e pela riqueza», multidão constituída pelas *clientelas*. E pergunta: «que outra coisa são os *partidos* da actualidade?»⁽⁹²⁾ Esta comparação, por vezes forçada ou muito superficial, de factos históricos, só aparentemente semelhantes, e pessoas de muito diverso nível ou categoria social, se oferece ao leitor uma diversão explicativa, não se reveste de suficiente confiança para aceitar-se *in limine*.

Vendo na História uma realidade viva, vendo no eterno *retorno*, portanto, a repetição dos factos, certo de as mesmas causas produzirem os mesmos efeitos, Oliveira Martins, como já salientámos, considerou a história da República Romana «o paradigma político de todas as histórias conhecidas», embora reconheça que virá a deixar

«de ser o tipo completo da história de nações arianas, porque a da francesa proporá ao mundo o exemplo de um estado desconhecido em Roma: o acordo, ou antes a ponderação da liberdade e da igualdade dos direitos e das riquezas, realizando num estado de civilização complexa e rica, o equilíbrio próprio das épocas simples e modestas que iniciam a evolução de todas as sociedades»⁽⁹³⁾.

Mais do que trabalho de historiador, porque não assentou sobre documentação em primeira mão ou em depoimentos de historiadores latinos, apoiado sempre em obras de autores do século XIX, a *História da República Romana* é, acima de tudo, obra de um artista, simultaneamente psicólogo. Efectivamente, sendo a peça mestra das

(90) Pág. 107.

(91) Pág. 410.

(92) Pág. 450.

(93) Pág. XXIX.

obras de Oliveira Martins, o *chef-d'œuvre* da sua intuição psicológica, deparam-se-nos ao longo destes dois volumes de prosa densa mas se lê com muito interesse, retratos flagrantes de personagens que se erguem vivos diante de nós, com as suas qualidades, os seus defeitos, os seus tiques, por vezes até salientando-lhe o autor o jogo fisionómico, técnica depois muito utilizada em obras futuras.

Tal como em movimentado filme de longa metragem, passam perante o leitor as figuras de Pirro, rei do Êpiro, «puro e ingénuo no seio da depravação»⁽⁹⁴⁾; Aníbal, um dos mais belos retratos de toda a extensa galeria das obras de Oliveira Martins, esse jovem general com «um corpo de ferro e uma alma de aço», «ágil, forte, a cavalo era um centauro», a quem os soldados adoravam, obedecendo-lhe cegamente «pois confiavam»⁽⁹⁵⁾; Catão o *Censor*, o íntegro romano, de ânimo duro, «odiento, à maneira da nação romana que não perdôa aos inimigos»⁽⁹⁶⁾; Mário, «rude, forte e sóbrio: comia a brôa, bebia a água-pé do rancho dos soldados, trabalhava por suas mãos nas faxinas»⁽⁹⁷⁾; Miltrídates VI, gigantesco, agilíssimo, que «sabia guiar dezasseis cavalos emparelhados» e «dava meças a quem quer que fosse quando se tratava de comer ou de amar»⁽⁹⁸⁾; Sila, em cuja face havia «o que quer que fosse repelente» com «nódoas de pano ou melancolia»⁽⁹⁹⁾; Pompeu *Magno*, vaidoso que se não dava «a nenhum partido, esperando impor-se a todos»;⁽¹⁰⁰⁾ Catão de Útica, na adversidade, «transfigurada imagem do que fora antes», levando «a toga esfarrapada, a barba esqualida, os cabelos em desalinho soltos»;⁽¹⁰¹⁾ Marco Bruto, «fruto mórbido da corrupção do tempo, usurário e prático de um lado, visionário do outro, misantropo, que se julgava filósofo;»⁽¹⁰²⁾ Octávio Augusto, «um César inválido, um deus arruinado da saúde, perfeita imagem da Roma actual nascida da devassidão da antiga;»⁽¹⁰³⁾ os de César e de Cícero encontram-se parcelar e magistralmente traçados nas dezenas de páginas dedicadas

⁽⁹⁴⁾ Pág. 150.

⁽⁹⁵⁾ Pág. 220.

⁽⁹⁶⁾ Pág. 283.

⁽⁹⁷⁾ Tomo II, pág. 49.

⁽⁹⁸⁾ Pág. 108.

⁽⁹⁹⁾ Pág. 127.

⁽¹⁰⁰⁾ Pág. 147.

⁽¹⁰¹⁾ Pág. 352.

⁽¹⁰²⁾ Pág. 406.

⁽¹⁰³⁾ Pág. 422.

⁽¹⁰⁴⁾ Tomo I, pág. 109.

à agonia e morte da República, em que os dois romanos desempenharam diferente mas relevante papel.

A par do retrato, devem salientar-se os quadros descritivos de batalhas, como a do Ália, entre gauleses e romanos, a de Heraklea ⁽¹⁰⁵⁾, a de Asculo ⁽¹⁰⁶⁾, a de Myla, a primeira batalha naval dos Romanos ⁽¹⁰⁷⁾, a derrota do cônsul Régulo em frente de Cartago ⁽¹⁰⁸⁾, o ataque de Siracusa por Marcelo ⁽¹⁰⁹⁾, o grande «fresco» da batalha de Zama ⁽¹¹⁰⁾, a batalha de Pidna ⁽¹¹¹⁾, a destruição de Cartago ⁽¹¹²⁾, o esmagamento dos Cimbrós e Teutões em Aquæ Sextæ ⁽¹¹³⁾, e quantos mais não referidos.

A *História da República Romana*, que, repetimos, historicamente nada de novo apresentava nesse tempo, é, insistimos, acima de tudo admirável obra de arte, recebida como tal pela crítica. Como ficou dito, a sua originalidade reside na interpretação psicológica das principais figuras que o autor fez subir ao proscênio, enquanto as descrições são quadros magníficos de expressão artística.

Desaparecido o Romano da cena, fundido e assimilado o elemento bárbaro, dessa era confusa consecutiva à queda do Império, novos povos se originaram ou destacaram, novos Estados, novas civilizações, entre as quais Oliveira Martins destaca, pela sua feição especial e caracterstica, a civilização ibérica, ou para melhor nos exprimirmos com precisão, cujas linhas gerais da história e da sua filosofia, lançou na *História da civilização ibérica* (1879), obra que durante muito tempo serviu de texto nas Universidades espanholas e conta duas traduções na língua dos nossos vizinhos.

Como deixámos relatado no I volume, ao regressar de Espanha à sua pátria, depois de quatro anos de ausência nas minas de Santa Eufémia, vinha cheio de admiração por aquele país e pelo seu povo, conservando até ao final da vida esse estado de espírito, mal interpretado por críticos e chauvinistas por quem foi o historiador atacado e até *post mortem*. Em capítulo posterior nos referiremos mais detidamente à hispanofilia do historiador.

(105) Pág. 160.

(106) Pág. 165.

(107) Pág. 193.

(108) Pág. 205.

(109) Pág. 251.

(110) Pág. 222.

(111) Pág. 336.

(112) Pág. 369.

(113) Tom. II. Pág. 54.

Neste lugar e dentro do critério histórico de Oliveira Martins apenas falaremos da obra antes citada. Na introdução, em três capítulos, disserta o autor acerca do território, da raça e do carácter e da história. Naturalmente para a descrição do território apoia-se noutros autores, ali se fundindo, numa amálgama um tanto exótica, os dados geognósticos e as conclusões político-sociais do escritor, que, utilizando um processo, mais tarde aplicado na introdução à *História de Portugal*, «pinta» a paisagem emotivamente, sem esquecer, contudo, quem nela vive e é por ela condicionado e tantas vezes lhe explica as andanças e a actuação. Acentua que a diferença profunda da paisagem corresponde a diferenciação dos povos que habitam a Espanha, explicando a formação das individualidades nacionais distintas pela existência de grandes e fortes cordilheiras, cortadas de rios de regime torrencial, que tornavam as comunicações impossíveis ou muito difíceis.

Não era, porém, a geografia que para o autor explicava as diferenças entre os Espanhóis que habitam as várias regiões peninsulares. Apesar dessas diferenças, a História mostra

«a existência de um pensamento ou génio peninsular, carácter fundamental da raça, fisionomia moral comum a todas as populações da Espanha, pensamento ou génio principalmente afirmativo, de um lado no entusiasmo religioso que pomos nas coisas da vida, do outro no heroísmo pessoal com que as realizamos. Daqui provém o facto de uma civilização particular, original e nobre» (114).

É esse génio peninsular, de que o «entusiasmo religioso» e o «heroísmo pessoal» são a expressão mais alta, que Oliveira Martins procura explicar e exaltar em toda a sua obra, génio eminentemente heróico, característica das gentes de entre os Pirenéus e o Atlântico.

Na época em que o historiador escrevia, mal saía a Antropologia das faixas que durante séculos a haviam envolvido. Mesmo os patriarcas dessa nova ciência, como já foi dito, não tinham definido concretamente as suas leis, e os primeiros estudos faziam-se com certo empirismo, levando isto os espíritos cautelosos a olhar tais conclusões com certas reservas, ou mesmo suspicácia.

Oliveira Martins, porém, empolgado por aquele cientismo entusiasta de neófito já antes assinalado, crente em absoluto — com o seu século — nas conclusões da Ciência, logo se encosta ao parecer

(114) *História da Civilização Ibérica*. 6.^a ed. Lisboa. 1918. Pág. 21.

de Hæckel, de Müller, de Broca, de Van Lys, de Vinzon, para combater o «celticismo» de Humboldt, cuja teoria ainda se aceitava então. Cautelosamente, por não se sentir firme num campo que reclamava a pena de um especialista, ou por ter deparado contradições e divergências, tão frequentes nos autores em voga nessa época, pende Oliveira Martins a crer na origem comum dos habitantes da Espanha e dos da África do norte, teoria comprovada pela dolicocefalia comum e na «observação dos monumentos megalíticos da Espanha, cotejados com os africanos» ⁽¹¹⁵⁾.

Foi precisamente esta noção de identidade entre espanhóis e africanos proclamada pelo historiador que, anos mais tarde, negou Menéndez y Pelayo. Para o nosso escritor tal identidade era evidente, não crendo no «celtismo» de Humboldt, tão-pouco no «ligurismo» de Martins Sarmiento ⁽¹¹⁶⁾ vendo nos Cabilas «os genuínos representantes actuais dos numidas de Massinissa, de Sifax e de Jugurta», enquanto, por outro lado, encontrava uma semelhança tão grande entre a *djema* (aldeia do Atlas) e o *pueblo* espanhol,

«que é lícito supor na Espanha pré-romana *djemas* constituídas pelos conquistadores em municípios e que sob esta forma vieram até nós» ⁽¹¹⁷⁾.

Nas invasões sucessivas de outros povos estranhos viu o historiador a determinante posterior dos povos ibéricos, assim contrastando a evolução dos íncolas da Ibéria com o primitivismo estacionário dos Cabilas, nisso reconhecendo os benefícios advindos à Espanha da intrusão de povos estranhos e de civilização superior, os quais, injectando sangue novo no vasto corpo ibérico, abriram os alicerces da civilização futura, assim impedindo que as tribos da Espanha se mantivessem na fase estacionária, e, em certos casos, regressiva das tribos berberes.

Na Vascónia e no Aragão, as regiões mais fechadas da Espanha e talvez as menos permeáveis a influências exóticas, parecia-lhe poder encontrar-se «o resto das primitivas tribos peninsulares», ali «a vida das *djemas* é mais intensa, e mais *pronunciada* a resistência à inicia-

⁽¹¹⁵⁾ Pág. 26. Modernamente esta tese tem sido contestada pelos próprios especialistas.

⁽¹¹⁶⁾ Em 1881 houve troca de cartas, muito curiosas entre os dois escritores, publicadas na «Revista de Guimarães», vol. XXXVI (1926), págs. 145 e ss., também incluídas na *Correspondência* de Oliveira Martins, págs. 279-287.

⁽¹¹⁷⁾ Págs. 28 e 29.

ção europeia», e o amor «quase religioso» pela sua língua e também «o culto pelos seus *fueros*» constituíam «sentimentos enraizados que ainda em nossos dias a civilização espanhola não pôde extinguir» (118).

E sob o impulso de um comparatismo, a que em toda a sua carreira de escritor sacrificou com prazer, nem sempre com felicidade ou sumo gosto, vê Oliveira Martins no padre um *marabú*, ser privilegiado, que se no Atlas não conseguiu tornar-se um poder, em Espanha «veio a ser clero, aristocracia, e até governo nos Concílios visigodos», chegando a presidir aos Concílios e à Inquisição, mostrando-se «ativo e independente perante o califa de Roma» (119).

Confrontando o carácter e a história da Ibéria, Oliveira Martins vê no primeiro encontro de Iberos e Celtas «um prenúncio dos sucessivos encontros de que a história reza». Todos os invasores, muito em especial os Romanos, exerceram sobre os indígenas ibéricos influência mais ou menos profunda, a isso se devendo «não só o carácter europeu da nossa civilização, mas até o próprio facto da existência dela», pois se assim não fosse «tinham ficado na vida da tribo, à maneira das populações cabilas» (120).

Mas depois de concluir que são «os vestígios ainda vivos nos hábitos e usos das populações peninsulares, e mantidos, apesar das instituições e leis de uma organização política e de uma religião trazidas de fora» que o autorizam a tirar tal conclusão, o bom senso do historiador adverte-o de que talvez isso possa ser uma ilusão, pois a vida tribal é comum «a todas as raças num dado momento etnométrico» o que a história nos depara como primeiro estágio da vida dos primeiros impérios antes do estabelecimento das suas instituições centralizadoras.

«Mas, em cada raça, as formas evolutivas de agregação social, essencialmente idênticas dão de si produtos morais diversos que todavia as caracterizam».

O que caracteriza o carácter espanhol é o mesmo que caracteriza o berbere, a *hombriedad*, e o historiador traduz por «independência», mas talvez fosse preferível chamar-se «sentimento inato da liberdade». Isto permite-lhe, numa página soberba, fazer uma dessas admiráveis sínteses, brilhantes na sua obra, quase todas magníficas de

(118) Pág. 32.

(119) Pág. 33.

(120) Pág. 36.

colorido, embora algumas delas demasiado forçadas ou assentes em bases por vezes bastante frágeis.

É a *hombridad* que

«condena as populações berberes a uma anarquia permanente; ela impede a constituição de uma aristocracia, de um clero; ela tornou impossíveis as formas progressivas com que outros povos iniciaram o desenvolvimento das instituições autoritárias da civilização.

«Foi ela que na Espanha fomentou o espírito donde se gerou a família do Cid, as *beetrias*, as *uniones*; o que, embora transformada, deu um carácter singular às ideias e instituições com que era batida, sem poder ser vencida: tamanha era a sua vitalidade. O absolutismo monárquico, já se disse, tomou o carácter de um cesarismo democrático, e a esta vitória do génio independente da Espanha, mais evidente na monarquia castelhana do que na portuguesa, junta-se uma outra, mais grave, mais importante ainda. A religiosidade que no XVI século atingiu o máximo grau de expansão, produzindo o teatro místico de Calderón, e a pintura de Murillo e de Ribera, animando Santa Teresa e por fim Loiola e o jesuitismo, é ainda um fenómeno em que a faculdade inicial do povo aparece manifestada. O génio de uma terra é como a raiz persistente da grama que lavra e reverdece em todos os terrenos, apesar de todas as charruas. Assim a submissão dos vassallos radica-se no orgulho porque, se para cada espanhol o monarca é um chefe, é também, como homem, um igual, em vez de se curvarem perante o trono, sentem-se reis. Somos hidalgos como el-rey, dineros menos! Assim a *obediência* dos místicos revela uma tensão de ânimo teórica, e, de rastos diante do altar, os crentes sentem-se deuses no fundo da sua alma»⁽¹²¹⁾.

Entrando na crítica e da forma incisiva tão sua peculiar às «opiniões mais singulares», às «teorias mais extravagantes» e aos «erros mais deploráveis» de certos autores que haviam votado as suas atenções à Espanha, em particular Buckle, a quem combate, Oliveira Martins salienta-lhes as contradições acusando os adversários da Espanha «de julgarem a civilização espanhola pelos documentos da sua decadência», provocando-lhe a indignação palavras de singular

⁽¹²¹⁾ Pág. 36-7.

bom senso que se lamenta o próprio historiador esquecesse em obras posteriores. Na censura a Buckle e aos seus preconceitos contra a Espanha, alude o autor à «deplorável confusão que se fez da história e da política, levando para a primeira as preocupações da segunda», «deplorável paixão», que «confunde, baralha tudo, e torna impossível a compreensão das coisas» (122).

Por baixo desta crítica dura às opiniões do escritor inglês adivinha-se a anglofobia de Oliveira Martins, progressivamente amontoadada com factos novos até culminar n'*A Inglaterra de hoje*; por isso aos seus olhos o historiador era uma espécie de porta-voz do espírito das elites inglesas do seu tempo, sob o impulso do qual se condenava a civilização espanhola por ela não pertencer ao tipo da britânica, atitude que «traduz a mesquinha pretensão de subordinar todos os génios ao génio britânico, e o processo de desenvolvimento de todas as civilizações ao da civilização inglesa».

Isto arranca-lhe outra página entusiástica, com a qual encerra a introdução aí concretizando o seu pensamento, espécie de resumo da obra que depois a seguirá. Profectivamente lembra à Inglaterra que se ela então via «na sua opulência a apoteose da sua história», tal não era razão para «curvar todos a cabeça ao culto da utilidade prática e condenar o nosso génio». A Espanha — e a Península — havia sido mais rica e mais nobre; se caíra fora porque «é da natureza de todas as coisas vivas — e uma sociedade é um organismo — nascer, crescer e morrer». E a concluir:

«Em vez de condenar, expliquemos pois se o trono e o altar não podem já ser os símbolos expressivos do nosso pensamento; se a monarquia e o clero não podem ser mais os instrumentos da nossa vontade; se ideias e instituições novas tomarem o lugar das antigas: não vamos por isso trocar a plácida integridade da ciência, a luminosa serenidade da crítica, pelos entusiasmos do nosso espírito revolucionário, pela intolerância das nossas doutrinas, menos ainda pelas ilusões das nossas quimeras sábias. Na história não há inimigos, há mortos. A crítica não é um combate, é uma sentença» (123).

Tal como se verá na *História de Portugal* que se seguirá a esta, tão pouco a *História da civilização ibérica* corresponde ao ambicioso

(122) Pág. 42.

(123) Pág. 43-4.

título. Bastas vezes, por exemplo, quase dois terços — os Liv. I, II e III — são dedicados ao estudo da formação das nacionalidades ibéricas até à sua fusão na grande «monarquia católica» do século XVI. Nos dois últimos livros passa em revista os factos e as figuras mais representativas, a que chamou «O império da Espanha», ou seja o século XVII. Em escassas 40 páginas, que tantas constituem o Liv. V — «As ruínas» — se refere à história espanhola nos séculos XVII, XVIII e XIX. Sofre esta obra daquilo de que sofrem algumas outras obras suas; desequilíbrio na concatenação das suas partes, acentuado na segunda metade, como se o autor, na febre da improvisação, ambicionasse concluí-la depressa para logo se lançar a compor a imediata.

Debruçando-se no Liv. I sobre a «Constituição da sociedade», narra como se organizou a Espanha romana, depois de ter sofrido as invasões dos Cartagineses, determinante da vinda dos Romanos à Península. Talvez fosse a partir daqui (1879)) que começasse a tomar vulto o entusiasmo, progressivamente maior, de Oliveira Martins pela civilização romana, que havia de dar à Espanha as instituições de que carecia por ser incapaz de as criar.

Na invasão dos povos germânicos, no fatídico século V, não via o escritor factor modificador do seu ponto de vista quanto ao facto de a romanização da Península — «facto capital da história da sociedade peninsular» — impedir no futuro «que a nação jamais volte ao estado anterior de berberia primitiva»⁽¹²⁴⁾. No seu tempo não se conhecia ainda, com perfeita clareza, o que fora esse fenómeno político-social chamado comumente «invasões bárbaras». Mas o historiador sabia o bastante para compreender, com aquela magnífica intuição sua característica, que os vencedores em breve se converteriam em vencidos. O facto não é lei geral da História, por nem sempre se dar a regressão em relação aos vencedores. Mas deu-se na Espanha, que «foi conquistada, mas não foi germanizada».

Na conversão dos reis visigóticos ao Catolicismo, vê Oliveira Martins um facto de elevada transcendência, que, séculos volvidos, se restauraria na monarquia católica de Carlos V e de Filipe II. Na pessoa do rei godo encontrava ele reunidos os caracteres constitucionais que irão mais tarde compor a monarquia centralizadora dos Áustrias; o «príncipe» (*princeps*) do Direito Romano, o «cesarismo» das instituições militares e aristocráticas dos Germanos, e o «sumo sacerdote», «ungido do Senhor desde que, pela adopção do cristia-

(124) Pág. 75.

nismo, a monarquia jurídica e militar obteve sanção religiosa, segundo as tradições políticas dos judeus» (125).

Após ter-se referido às instituições dos Visigodos — e saliente-se que Oliveira Martins as não estudou nos textos mas em autores modernos, processo pouco seguro, falível portanto para se chegar a conclusões aproximadamente certas acerca de tão intrincado problema — ocupou-se o historiador da invasão muçulmana, merecendo-lhe esta palavras entusiásticas, opondo a civilização árabe à corrompida civilização visigótica. E o seu discursivo capítulo, através do qual perpassam as mil-e-uma revoltas da Espanha muçulmana, mais uma vez lhe oferece a oportunidade de salientar a identidade rásica de Espanhóis e Berberes, ou, pelo menos, a identidade do génio das duas etnias.

O debatido problema dos «Moçárabes», que Teófilo Braga queria, inexplicavelmente, elevar à categoria de «raça», deles fazendo um povo proteiforme sem quaisquer bases sérias, para sobre elas erguer tão estranha teoria, esse problema merece a Oliveira Martins algumas palavras sensatas, negando-se a ver nos Moçárabes, como a própria evidência impõe, um facto de ordem etnológica», mas reconhecendo nela «um dos acontecimentos mais importantes para a história social da Península». Admite a interpenetração de Espanhóis e de Berberes; mas, continua, exagera «quem julgar encontrar nele a formação de uma nova raça» (126).

Não faz qualquer referência à intolerância do clero moçárabe, que muito deve ter contribuído para manter a separação religiosa de vencidos e vencedores, mas chega a conclusões idênticas às de Herculano, quanto à significação do moçarabismo e a terem sido os Moçárabes quem conservou a tradição e o município romano, transmitida depois aos concelhos modernos.

O movimento da Reconquista proporcionou-lhe o ensejo de escrever algumas sínteses brilhantes, procurando fazer luz na emaranhada teia da formação das instituições medievais, entre as quais lhe merecem particular simpatia as «beetrias», sentindo-se nesta parte da obra certa indecisão, ao que cremos por as não conhecer senão indirectamente e em segunda mão, talvez pela leitura de Herculano. Detém-se na análise dos concelhos e das confederações que, em Espanha, se constituíram com o nome de *uniones* ou *hermandades*.

(125) Pág. 89.

(126) Pág. 148.

Naturalmente teria de abordar o problema do desenvolvimento e ruína da aristocracia peninsular através de séculos de agitada vida, em guerras externas e guerras intestinas, detendo-se na exposição das causas locais da supremacia dos reis que impediram a formação de um feudalismo semelhante ao do resto da Europa, espraiando-se ainda sobre a situação dos servos a seguir ao início da Reconquista, revelando aqui falta de ideias precisas acerca do assunto, opinando que a dívida da história quanto à existência de servidão pessoal em Espanha «prova a pequena importância do facto» (127).

Os cavaleiros-vilãos foram «esboço dessas burguesias que mais tarde, orgulhosas do seu oiro, invejosas do lustre e distinção da nobreza, a copiaram nos seus hábitos e nos seus vícios, sem poderem copiá-la na tradição nem na linhagem» (128).

Concelhos, aristocracia, servos, plebeus constituem os «elementos naturais com que se reconstitui o corpo das nações peninsulares».

Nos «elementos tradicionais» dá o escritor o primeiro lugar à Igreja que «é nos tempos modernos a primeira e eminente representante da tradição» (129).

A realeza e as Cortes são os outros dois de quem o historiador fala com desenvolvimento, procurando, em cada um dos três elementos, encontrar as determinantes da sua acção futura na consolidação da nacionalidade espanhola.

Cremos que, deslumbrados pelo brilho de certas páginas de Oliveira Martins — nas quais o escritor dando largas ao seu entusiasmo criador, se afasta muitas vezes da verdade, não deliberadamente, mas sob o impulso forte desse mesmo entusiasmo — alguns autores têm deixado no esquecimento, ou não prestaram a atenção devida a outras páginas onde o autor, com uma intuição rara, livre das peias muitas vezes levantadas pela erudição, viu com rigor certos factos e analisou criteriosamente outros, pela simples razão de, embora concluindo sobre pareceres de segunda mão, lhe «ficar livre a cabeça para pensar», como escreveu um dia ao sábio arqueólogo Martins Sarmento.

(127) Pág. 197.

(128) É constante a má-vontade de Oliveira Martins, homem de *souche* burguesa, para com a Burguesia, má-vontade que se manteve durante toda a vida do escritor, sobretudo após ter abandonado o socialismo prudhoniano. Cremos que tal atitude não resultava imediatamente das suas ideias socialistas, mas de uma tendência inata do pensador, talvez atavismo herdado de sua mãe, oriunda de pequena nobreza.

(129) Pág. 202.

Ora este capítulo III do Liv. III da obra é um dos que se nos afiguram melhor concatenados nas suas partes, mais equilibradas no seu discorrer, ensaio muito bem feito acerca das relações entre a Igreja, o Rei e as classes sociais representadas em Cortes, facto que explica toda a história medieval peninsular.

Na luta secular dos reis pela supremacia do seu poder, procura Oliveira Martins justificar a centralização dos poderes nas suas mãos e a política repressiva de Carlos I de Espanha e de D. João II de Portugal, sendo esta página mais uma a demonstrar como o historiador seguia firme, embora com lentidão, o seu caminho até a um cesarismo paternalista, depois defendido abertamente após ter entrado na Política activa e levará em linha recta às duas ditaduras de João Franco, prólogo da queda da Monarquia portuguesa.

É nesta altura que a obra do livro de história expositiva de Oliveira Martins se transforma em ensaio crítico, dos mais brilhantes saídos da sua pena, sendo o cap. I do Liv. IV — «O génio peninsular» — um hino entoado à Hispânia, resumo de quanto deixara escrito nos três livros anteriores, tendo estudado o meio ambiente, as instituições e as classes, palco magnífico onde se poderiam representar todas as tragédias, todos os dramas e também todas as comédias, vai agora o autor ampliar o que tentara n' *O Helenismo*: apresentar os caracteres, as biografias, o homem em acção, isto é pôr em cena as personagens que se moverão naquele palco e aí se revelarão a toda a luz.

Inácio de Loyola, Carlos V, Colombo e Camões são as figuras, os *representative men* do génio hispânico que tem no misticismo — que «não é metafísico, é moral» ⁽¹³⁰⁾ — a sua expressão. Poderíamos discordar, por exemplo, da inclusão do imperador — um alemão, ou, pelo menos, flamengo — e do navegador — um italiano apesar dos esforços de alguns autores do nosso século por lhe conferirem a nacionalidade portuguesa ou galega — por nenhum dos dois ter qualquer afinidade com esse génio, se o historiador não tivesse escolhido tais figuras como representativas da sua época. Em rápidas pinceladas — aqui o artista sobrepõe-se ao historiador ou ao ensaísta — dá-nos um resumo expressivo da vida e da obra de Loyola, sem ocultar, esse cético e racionalista, uma pronunciada simpatia pelo Catolicismo e manifesta aversão pelo Protestantismo, atitude espiritual que o tempo acentuará e em algo deve ter contribuído para um

(130) Pág 245.

quarto de século mais tarde o levar a aceitar a morte no seio da Igreja.

A Colombo — italiano genovês, repetimos — fá-lo espanhol, chama-lhe mesmo «espanhol de adopção», «indivíduo singular, sem precedentes, nem consequentes» (121). Escrevia o historiador na segunda metade do século XIX quando a lenda colombina ia alta e ainda se não esboçara, nem ao de leve, a necessidade de revisão de valores na história dos grandes descobrimentos, para o que, o próprio escritor, dois anos antes de morrer, traria uma das primeiras pedras com a conferência pronunciada em Madrid por ocasião da celebração do IV centenário do descobrimento da América.

Não conhecendo senão os autores que até então haviam escrito acerca de Colombo — Washington Irving, Prescott e Robertson — a ciência de Oliveira Martins era, portanto, subsidiária, ignorante ainda das fontes e da sua lição colhida directamente no diário do almirante, cujas mesquinhezas, aversões e ódios parece ter desconhecido, erro que constitui a base de todo o capítulo «A descoberta das Índias», onde o genovês aparece transfigurado em herói comparável aos maiores da Antiguidade e aos seus próprios coevos os marinheiros portugueses (122).

Camões — a que Oliveira Martins se referiu desenvolvidamente

(121) Pág. 276.

(122) O mito de Colombo já se encontrava formado e firmado quando se celebrou o 4.º centenário daquilo a que se chamou, com evidente exagero, o descobrimento da América, e as comemorações centenárias só serviram para exaltar ainda mais o nome do descobridor. A origem da lenda encontra-se nos escritos do filho de Colombo, Fernando, biógrafo do pai e naturalmente votado à glorificação do seu nome, daqui derivando a exaltação grandiloqua com que os historiadores espanhóis se referiam ao feito do antigo tecelão genovês, cuja vida ainda hoje constitui enigma.

Oliveira Martins não amesquinhou Colombo, nem tinha razões para fazê-lo, mas procurou colocá-lo no devido lugar. E sem menosprezar o seu feito, perante um público onde predominavam espanhóis, não deixou de salientar que a descoberta de Colombo não pode ter-se como feito sem precedentes, apesar de não conhecer os documentos da Torre do Tombo referentes aos descobrimentos e publicados quatro anos após a morte do escritor, o que lhe daria oportunidade para reforçar as suas teses.

Ao concluir e agradecer a atenção dispensada pelos ouvintes, reivindicava para Portugal, «la honra debida à los iniciadores», dizendo: «Fué en nuestra escuela que se educaron todos los marineros; todos incluyendo el propio Colón, que dió las Américas á Castilla. Fué en nuestras instituciones coloniales que aprendieron todos los pueblos, todas, incluyendo la propia Inglaterra, que del saqueo de nuestro imperio común hizo el cimientó de su fortuna». (Portugal nos mares. Vol. II. 1.ª ed. póstuma. Lisboa. 1924. Págs. 17-45).

no ensaio já citado e a quem voltará a referir-se na *História de Portugal* — mereceu-lhe as honras de capítulo especial, condensação do que já publicara. No capítulo *Os Lusíadas* encontra ele «clara e superiormente definido aquilo a que podemos chamar a essência do «génio peninsular», génio em que descobre três facetas sucessivas: o misticismo dos guerreiros, «que se traduz por uma devoção exterior e formalista» e «dá aos homens um aspecto dramático»; o misticismo dos santos espanhóis, que se combinou «intimamente com o génio cavalheiresco e gerou

«tipos e obras onde se observa o fenómeno da divinização das paixões e sentimentos naturais, dando lugar à formação de modos-de-ser do espírito originais e fortes, com efeito, mas híbridos, e por isso desnaturais e sem consistência ideal» (123).

Camões, ou melhor o seu poema representa a terceira faceta desse espírito, cuja significação religiosa «não é particular mas geral, não é propriamente portuguesa senão peninsular ou espanhola» (134). O alicerce do pensamento camoniano é a «ideia da verdade absoluta do catolicismo» e também «a da hombridade nacional». E se o naturalismo lhe forneceu os materiais que constituem o monumento, é dos sentimentos que a sua experiência pessoal de soldado lhe despertou, que «se compõe o corpo das ideias religiosas». O misticismo adquiriu «uma fisionomia própria e sem precedentes» ao nacionalizar-se peninsular: o mesmo se dá em Camões com o seu panteísmo. Assim, *Os Lusíadas* representam uma fase da evolução religiosa portuguesa a contrapor à imobilidade castelhana, tendo sido Portugal aquela das duas nações peninsulares que a impressão dos descobrimentos e das conquistas fez evoluir nesse sentido. Por isso, nada encontra «na literatura castelhana que se possa comparar, não dizemos agora em mérito estético, mas sim em valor moral aos *Lusíadas*» (135).

As causas da decadência peninsular, que o seu grande amigo Antero de Quental denunciara em 1871 na célebre conferência do Casino Lisbonense, procurou o historiador descobri-las pessoalmente, divergindo das conclusões do seu amigo apenas em pormenor. Para Oliveira Martins essas causas podem resumir-se numa só, de natureza

(133) Pág. 289-90.

(134) Pág. 292.

(135) Pág. 295.

económica: os descobrimentos e as conquistas, uma das apontadas por Antero, mas encarada esta por prisma utilitário, daí resultando o reaparecimento da escravatura, a constituição de uma aristocracia de argentários «sem base histórica ou moral». Extinta a aristocracia militar, a burguesia não olha atentamente para as regalias e liberdades que o crescente predomínio do poder real fez perder, enquanto a Igreja, com o enfraquecimento da fé, se encontra impotente para, como fizera nos séculos pretéritos, enfrentar os reis. É a monarquia absoluta que nasce, apoiada na burguesia e não na aristocracia, como romanticamente dissera Antero.

No Jesuitismo, pelo poeta culpado de ter contribuído para a decadência dos Estados peninsulares, vê Oliveira Martins um elemento «adormecedor» que se insinuara na instrução, «ceifando tudo o que então se erguia acima da mediocridade»⁽¹³⁶⁾, tese depois retomada com mais desenvolvimento na *História de Portugal*.

Ao considerar a experiência dos Mouros e dos Judeus, diverge o historiador de Antero no modo de encarar a questão, não a considerando sentimentalmente como o poeta (as duas idiossincrasias divergiam, mas, paradoxalmente, completavam-se), mas como economista, no facto vendo uma necessidade de ordem social:

«Era um problema de ordem económica-social, ou fiscal apenas (...) que o governo não sabia resolver. (...) O lado religioso da questão primava já sobre o lado económico; e, dada a expansão do espírito católico, os monarcas haviam de religiosamente resolvê-la para interpretar com verdade o querer do povo, ainda que não seguissem, e muitas vezes não seguiam os ditames do próprio espírito»⁽¹³⁷⁾.

Fazendo no Liv. V — expressivamente chamado «As ruínas» — um exame perfunctório à Espanha moderna até ao seu tempo, Oliveira Martins sentia-se possuído de certa melancolia, perguntando então a si mesmo, antes de pousar a pena, se teria acabado a dissolução da Espanha antiga e já estaria criada a «novíssima Espanha», respondendo negativamente; encontra-se ela já em construção e nessa fase achava o escritor pontos de semelhança com o passado, com os mesmos «movimentos colectivos, obscuros e anónimos». À desorganização das ideias antigas não correspondera ainda um sistema de novas

⁽¹³⁶⁾ Pág. 308.

⁽¹³⁷⁾ Pág. 311.

ideias, isto fazendo que a Espanha, quer dizer a Península, na sua desordem moral continuasse a seguir impelida pela fatalidade sem qualquer consciência para se impor aos seus sentimentos obscuros. Uma causa, que ele não define concretamente, mas à qual chama «movimento europeu, humanista, científico ou segundo melhor aprover chamar-se-lhe» (138), acabou por destruir o Cristianismo e assim os moldes e o equilíbrio da sociedade antiga.

Não sabe porém, o historiador responder se a essa destruição corresponde qualquer finalidade construtiva, a despeito de se ter dado uma revivificação «das forças naturais adormecidas no seio de um princípio moribundo», com o conseqüente choque de vontades, agitações das ideias, renovação de saber, alargamento da esfera do pensamento e aumento da riqueza do bem-estar. Mas pergunta para quê, logo se consolando com reconhecer que a Europa do seu tempo se encontrava igualmente sem norte apesar de mais avançada do que a Espanha «no grau de desenvolvimento do saber, da ordem e da indústria» (139).

O historiador era, porém, também sociólogo, o primeiro do seu tempo entre nós. Olhando a Espanha do passado e comparando a dessa época com a Europa de então, diagnostica o mal e sugere o remédio — «reconstituir o nosso corpo social, mais que nenhum outro abalado e doente por uma enfermidade de três séculos». Urgia aumentar o pecúlio científico da Espanha e se melhorasse a sua ferramenta industrial com vista à realização das nossas ambições, e por fim substituir o organismo social da Espanha, «porque sem ter resolvido as suas questões internas, sem ter conseguido achar uma estabilidade na fortuna, jamais as nações puderam ter uma voz no conduto da Comunidade» (140).

Em seu parecer, tal reconstituição devia fazer-se pela democracia, pois a Espanha «foi por todo o sempre uma democracia», no seu período antehistórico, sob o domínio romano, sob o dos Visigodos, democracia que ora revestiu o aspecto militar, ora eclesiástico, ora monárquico, ora oligárquico. Mas o seu fundo, «como as rochas ígneas, era inabalável». A reconstituição social pela democracia era mais sólida do que tudo, porque resolveria «as questões económicas que o regime dos burgueses levantou na Europa central com o descobrimento da riqueza», questões que exprimiam, aos olhos do histo-

(138) Pág. 556.

(139) *Loc. cit.*

(140) Pág. 357.

riador, «o encontro e a oposição dos interesses das classes», o que considerava «primeiro e superior problema que as nações têm de resolver para atingirem um pleno desenvolvimento orgânico»⁽¹⁴¹⁾.

A concluir, declara acreditar, firme e piamente «na futura organização da Europa» e, portanto, «numa vindoura Espanha, mais nobre e mais ilustre ainda do que foi a do século XVI», crendo que já no seu tempo se navegava «na viagem para esse porto», a despeito dos nevoeiros que conturbavam as vistas dos navegadores, acabados de largar «as costas do velho mundo». E perguntava: «Que papel destina o futuro à Península, e qual será a fisionomia dessas idades vindouras?» respondendo:

«A história não é profecia; mas o estudo das idades passadas deixa entrever muitas vezes as probabilidades futuras; e, quando através de todas as crises, no meio dos ambientes mais sistematicamente adversos, observamos que o heroísmo peninsular soube vencer tudo com a sua indomável energia, somos levados a crer que o papel de apóstolos das futuras ideias está reservado aos que foram os apóstolos da antiga ideia católica. A independência dos caracteres individuais e a nobreza do carácter colectivo deram e hão-de dar à Espanha, quando os seus áureos tempos voltarem, esse aspecto monumental e soberano que o distingue no mundo. O estrangeiro pode amar-nos ou odiar-nos; não pode ser-nos indiferente. A Espanha provocou entusiasmos ou rancores: jamais foi encarada com desprezo ou ironia»⁽¹⁴²⁾.

Como o leitor terá concluído, esta última parte da obra, apesar das páginas brilhantes que, por vezes, se nos depararam, é incomparavelmente inferior às considerações de ordem meramente histórica, não obstante aqui e além historiadores posteriores não confirmassem os seus assertos.

Sente-se, nesta última parte, borbulhar já o político que desabrochará poucos anos andados, e como político potencial era Oliveira

⁽¹⁴¹⁾ Pág. 358.

⁽¹⁴²⁾ Pág. 359. Não poderia prever O. Martins o advento de novas forças políticas, desencadeadas a seguir à guerra de 1914-18, conflito também por ele não previsto; com o escopo do avassalamento da Europa em holocausto a novos mitos, iriam, como prólogo à II Grande Guerra, lançar a Espanha na cruentíssima e destrutiva guerra civil de 1936-38. A profecia do autor, aparentemente a caminho de realizar-se, falhou como outras disseminadas ao longo das suas obras.

Martins já propenso às profecias, atitude mental sempre arriscada, mormente nessa segunda metade de século quando já se sentia fremir um mundo novo que, aliás, *et pour cause*, nem os mais ousados poderiam adivinhar qual fosse, mundo que, na era atômica e espacial em que estamos a viver, revestiu aspectos e revelou virtualidades inconcebíveis por inacreditáveis. Tal como ao ingénuo Fernão Lopes se afigurava o acanhado mundo português após a revolução de 1383-85, também podemos nós dizer que «se levantou outro mundo novo, e nova geração de gentes».

Salientemos que Oliveira Martins, ambiciosamente, não erguera a já então vasta mola das suas obras de divulgação e de crítica senão para com elas constituir uma espécie de prólogo, muito desproporcionado convenhamos, à da sua própria terra. Na história de Portugal, porém, o historiador não se limita a essas sínteses em que o seu espírito tanto se comprazia: vai mais longe e escolhe as figuras mais representativas, ou como tal por ele consideradas, para delas nos dar a biografia, embora, como era inevitável, enquadrando-as na respectiva época, com uma profundidade a que as obras anteriores não haviam habituado o leitor.

E assim, enquanto, por um lado, escreveu essas sínteses admiráveis (do ponto de vista crítico e estético — convém acentuar) que são a *História de Portugal* (1879), *Portugal contemporâneo* (1881), e os estudos e ensaios insertos nas colectâneas *Portugal nos mares* (1889), *O Brasil e as colónias portuguesas* (1880), por outro lado lançava as suas biografias *Os filhos de D. João I* (1891), a *Vida de Nun'Álvares* (1893), *O Infante D. Henrique* (1894) (incluído depois na reedição de *Portugal nos mares*) e iniciaria o cap. I de *O Príncipe Perfeito*, que a morte não deixou concluir, como não o deixou escrever os volumes projectados *Afonso de Albuquerque* e *D. Sebastião*.

Por isso, a vasta obra do escritor, assemelha-se a uma «capela imperfeita».

Apesar de Herculano, com a sua obra gigantesca (ainda que truncada) haver lançado os caboucos da história de Portugal, não tinha sido ainda então exumado dos arquivos tudo aquilo que poderia constituir o alicerce duma obra de síntese. As buscas arquivísticas são demoradas, com seu quê de fastidiosas; depois, o temperamento de Oliveira Martins, fundamentalmente dinâmico, febricitante, encontrava-se no polo oposto àquele em que se movimenta o erudito, com a sua calma tranquilidade, catando cuidadosamente dos documentos todos os dados que eles lhe possam oferecer, sem quaisquer preconceitos contra as épocas ou o próprio documento, indiferente a que a

busca possa vir a destruir por completo todas as suas conclusões, espécie de Zeus Olímpico, sempre sereno ante a inquietação dos homens.

Talvez pressentindo que a sua passagem pela terra seria curta, o escritor, como tal, viveu sempre em estado febril, ansioso por comunicar aos leitores pelo menos uma parte desse convulso tumultuar, que lhe transformava o cérebro em caldeira potente. A sua ânsia de muito produzir (e nunca o teria conseguido sem a formidável capacidade de trabalho já por nós assinalada) forçava-o a trabalhar com material de segunda mão, por vezes de selecção discutível. E uma vez chegado a um assunto, a um facto, a uma época, a uma figura por quem se sentia atraído, eis que o *artista*, dotado de penetrante intuição divinatória, ergue uma página admirável de colorido e de vida, que tantas vezes leva a esquecer a sua «inverdade» para apenas transmitir a evocação e a «verosimilhança» ao leitor que positivamente vê aquilo que o escritor viu. É este o processo adoptado a partir da *História de Portugal*, à qual não deve ligar-se outra ideia senão a que o autor teve em vista:

«uma série de quadros, em que, na máxima parte das vezes, os caracteres dos homens, os seus actos, os motivos imediatos que os determinam e as condições e modo porque se realizam, merecem antes a nossa reprovação do que o nosso aplauso»⁽¹⁴³⁾.

Se compararmos o plano da *História da civilização ibérica* com o desta sua nova obra, logo veremos que, completando-se, divergem todavia. Já naquela, como oportunamente se salientou, Oliveira Martins se transmuta de certa altura em diante, de historiador em ensaísta; não é já o trabalho paciente de estudar e comparar as instituições hispânicas, as leis, os costumes dos povos da Península; é antes o do pensador e do crítico que, com certos preconceitos todavia, procura justificar ou explicar ideias, factos, actos de figuras históricas, e dum ponto de vista crítico, sendo isto que faz da *História da civilização ibérica* obra híbrida.

Não o mesmo com a *História de Portugal*, toda ela uma série de quadros, escolhidos aliás um tanto arbitrariamente, com a intenção de oferecer um panorama, uma visão de conjunto da vida secular do país. E porquê assim? Primeiro, porque havia escrito metade da história portuguesa na obra anterior⁽¹⁴⁴⁾; depois porque se tornava necessário «caracterizar o que há de particular na história portu-

(143) Vol. I. Pág. X.

guesa», «fazer viver os seus homens, e representar de um modelo real a cena em que se agitam». E, como a desculpar-se da diferença profunda entre duas obras que, afinal, se completam, acentua as dificuldades desta sobre aquela, salientando ainda as suas diferenças específicas, pois enquanto para a primeira «bastavam o conhecimento e o pensamento: um para nos indicar o princípio e o sistema da civilização», para a segunda o de que se carecia era «faro especial da intuição histórica, e dum estilo que traduzia a animação própria das cousas vivas»⁽¹⁴⁵⁾.

Eis porque, a despeito de, considerando-a pelo prisma da arte, a *História de Portugal* ser uma das suas melhores obras, que suporta o confronto até com as da última fase da carreira do escritor, do ponto de vista propriamente da ciência da História, do equilíbrio, da concatenação das ideias, até da própria moral histórica, é-lhe superior a *História da civilização ibérica*.

Muito mal se disse — e continua a dizer-se — da *História de Portugal*, em certos sectores e ainda neste século se procurou apartar da sua leitura os espíritos incultos de entre o povo e da juventude. Atendendo ao carácter de divulgação que o autor imprimira ou pretendia imprimir desde o princípio à «Biblioteca das Ciências Sociais», a obra integra-se mal nesse plano, muitas das informações são preconcebidas, com erros de visão ou de interpretação, até a traduzirem um mal velado facciosismo, longe da relativa imparcialidade da obra anterior. Como visão de conjunto da história nacional não oferece confiança indiscutível, não podendo, portanto, constituir guia seguro para aqueles a quem se destinava a «Biblioteca».

Considerada, porém, em pormenor, ali encontraremos quadros admiráveis, cheios de movimento e de colorido, tal como na *História da República Romana*, espécie de filme em episódios a exhibir-se diante dos nossos olhos e que, seja qual for o ponto de vista pelo qual se encare, jamais pode deixar ninguém indiferente. É um conjunto de telas de vastas proporções, de pequenos quadros impressionistas, muitos dos quais se poderiam, com leves alterações, transferir para o palco, erguendo viva uma época ou dando relevo a um momento histórico decisivo na nossa vida de povo livre.

Ao acaso apontaremos a conquista de Santarém por D. Afonso Henriques, a figura de Pedro o *Cru*, a corte fernandina, a viagem de Vasco da Gama, a entrevista de Pedro Álvares Cabral com o Samo-

(144) Pág. IX.

(145) *Loc. cit.*

rim, a batalha naval entre a armada de D. Francisco de Almeida e a dos *rumes*, a descrição de Ormuz antes da conquista de Afonso de Albuquerque, a viagem marítima de D. Paulo de Lima, a embaixada de Tristão da Cunha ao papa Leão X, o primeiro «auto de fé», Lisboa às vésperas de Alcácer Quibir, a corte de D. João V, o terramoto de Lisboa, a sociedade no tempo de D. Maria I, a corte de D. Carlota Joaquina e muitos outros quadros de menor projecção dispersos pela obra, onde avultam retratos em corpo inteiro ou simples perfis, pelos quais Oliveira Martins demonstra decidida preferência, vislumbrada já no *Helenismo*, e em obras posteriores se tornarão frequentes até se converterem nas monografias biográficas.

Não segue o historiador uma ordem rigorosamente cronológica, e tal inconveniente avulta se se tiver presente a finalidade informativa do autor. A cada passo antecipa factos ou acontecimentos, forçado pela necessidade de esgotar os assuntos em largas sínteses, tanto da sua predilecção. Assim, depois de descrever n'«A Viagem de Vasco da Gama» — título que não deve tomar-se na sua significação restrita relativa à daquele capitão, mas é antes o «embarque da Nação» para o Oriente — toda a acção dos Portugueses na Ásia até aos fins do século XVI, já em pleno domínio espanhol, abre o II volume com a descrição da corte de D. Manuel e a da Inquisição, já no reinado de D. João III. Certos factos, que aos olhos do erudito têm especial relevância, deixa-os em claro para se debruçar sobre outros que lhe ofereciam maior oportunidade de erguer uma bela página. Por essa razão há solução de continuidade entre a morte de D. Afonso I e o reinado de D. Pedro I: a acção dos reis intervalares é relatada em poucas linhas no capítulo «A conquista do Al-gharb», ainda assim apenas focando a política expansionista desses monarcas.

Não há, porém, negar que o plano geral da obra é na realidade perfeito, encontrando-se o defeito apenas no ponto de vista pessoal do historiador.

No Livro I — «Descrição de Portugal» — refere-se de entrada aos Lusitanos, abrindo com uma citação de Herculano, «ironia encoberda mas grave»⁽¹⁴⁶⁾ cuja doutrina perfilha até certo ponto. Enquanto o velho historiador não via qualquer laço a ligar Lusitanos e Portugueses, negando-se firmemente a ver nestes os legítimos representantes actuais daqueles⁽¹⁴⁷⁾, Oliveira Martins, sociólogo, mais preocu-

(146) Pág. V.

(147) Salientemos, mais uma vez, que no tempo de Herculano, a Antropologia acabara de nascer, e a Prehistória praticamente era desconhecida.

pado com os documentos vivos que são os homens, do que com os textos, nem sempre fidedignos, não aceita de olhos fechados os ensinamentos do mestre. E porque tivera ocasião de verificar, ao construir a *História da Civilização Ibérica*, que muitas das qualidades e defeitos das tribos célticas da Península persistiram pelos séculos fora, a despeito dos cruzamentos com os invasores, não deixa, com restrições embora, de admitir certa relação entre os belicosos Lusitanos e os actuais Portugueses. Não nega a perfeita individualização destes últimos em meio dos restantes povos peninsulares, «circunscritos porém a traços secundários», pois crê que

«as diversas populações da Espanha, individualizadas sim, formam, contudo, no seu conjunto, um corpo etnológico dotado de caracteres gerais comuns a todos. A unidade da história peninsular, apesar do dualismo político dos tempos modernos é a prova mais patente desta opinião»⁽¹⁴⁸⁾.

Reconhece, contudo, haver

«no génio português o que quer que é de vago e fugitivo, que contrasta com a terminante afirmativa do castelhano; há no heroísmo lusitano uma nobreza que difere da fúria dos nossos vizinhos; há nas nossas letras e no nosso pensamento uma nota profunda ou sentimental, irónica ou meiga, que em vão se buscaria na história da civilização castelhana, violenta sem profundidade, apaixonada mas sem entranhas, capaz de invectivas mas alheia a toda a ironia, amante sem meiguice, magnânima sem caridade, mais que humana muitas vezes, outras abaixo da craveira do homem, a entestar com as feras. Trágica e ardente sempre, a história espanhola difere da portuguesa que é mais propriamente épica: e as diferenças da História traduzem as dessemelhanças do carácter»⁽¹⁴⁹⁾.

Tal diferença inclinava-se ele a crê-la proveniente «de uma dose maior de sangue céltico ou celta (...) que gira em nossas veias, de mistura com o nosso sangue ibérico», mera hipótese que não chegou a fundamentar, talvez por não assentar em bases concretas.

Com reconhecer, porém, individualidade distinta aos Lusitanos

(148) Pág. 5.

(149) Pág. 5-6.

(e por extensão aos Portugueses), com notar a diferença entre «a fúria castelhana» e a «nobreza do heroísmo português», não revela qualquer inclinação por aceitar a nossa individualidade como Nação perfeitamente marcada. Quer na *História da Civilização Ibérica*, quer no capítulo I deste novo livro, salienta Oliveira Martins a «unidade da história peninsular», e a falta de individualidade própria do Povo Português é o *leit motiv* desta obra. Declara dogmaticamente que «todas as sucessivas tentativas para descobrir a nossa *raça* têm falhado» e que a nacionalidade «foi formada por sete séculos de história» e desta

«nasceu a ideia de uma pátria, ideia culminante que exprime a coesão acabada de um corpo social e que, mais ou menos consciente, constitui como que a alma das nações, independentemente da maior ou menor homogeneidade, das suas origens étnicas».

Mas, ao perder-se a independência política,

«obliteram-se mais rapidamente os caracteres autonómicos, embora durante a luta valham menos os elementos de forças provenientes da homogeneidade etnológica»⁽¹⁵⁰⁾.

Portugal nasceu pela vontade dos seus chefes; é «fruto de actos da vontade de certos homens»⁽¹⁵¹⁾. Nada nos individualiza como povo; se algo pode individualizar-nos, isso

«é a falta de afirmação do nosso génio. Aquelas a que poderemos chamar qualidades peculiares nossas, consistem na facilidade com que recebemos e assimilamos as de estranhos»⁽¹⁵²⁾.

Vai, mesmo, mais longe ainda no seu negativismo quase derrotista. Não havendo unidade étnica em Portugal, não pode haver génio comum, afirmação que os *factos* desmentem triunfalmente na Holanda, na Suíça, na França, na própria Espanha; mas Oliveira Martins *queria* que em Portugal constituísse excepção. Metade do país é celta, a outra metade berbere: tal é a tese, que depois, com leves alterações, Basílio

(150) Pág. 9.

(151) Pág. 48.

(152) Vol. II. Pág. 81.

Teles defenderia, e, em nossos dias, António Sardinha impugnaria. A própria geografia nos nega individualidade; ^(152a) se se observar «o retalho da Península, de que a história fez Portugal (...) desde logo se vê como a vontade dos homens pôde sobrepujar as tendências da natureza» ⁽¹⁵³⁾.

O carácter marítimo da nossa Pátria nada tem que ver com a independência por lhe ser posterior: «A marinha foi uma criação da monarquia e um produto da nação, depois de constituída» ⁽¹⁵⁴⁾, tese que encontrou em Alberto Sampaio um começo de impugnação e a moderna historiografia demonstra ser falsa ^(151a).

A despeito da independência alcançada pela vontade de D. Afonso Henriques, ela só pôde consolidar-se depois da conquista de Lisboa. «Portugal foi Lisboa, e sem Lisboa não teria resistido à força absorvente do movimento de unificação do corpo peninsular» ⁽¹⁵⁵⁾.

E, um pouco incoerente com as suas próprias ideias, entende Oliveira Martins que foi a expansão marítima e colonial dos Portugueses que firmou a nossa independência. Sem isso, o

«próprio nome de Portugal não teria existido, senão como lembrança erudita de um certo condado, que, nas mãos de príncipes astutos e atrevidos, conseguira viver alguns séculos separado do corpo da nação espanhola» ⁽¹⁵⁶⁾.

Mas se logo desde os alvares da nossa história de povo independente, os Portugueses mostraram possuir certa coesão nas lutas com o Leonês, tal coesão «fora ganha nas lutas e campanhas da primeira dinastia», perdendo-se «no XVI século, por causa das consequências do império colonial e da educação dos jesuítas» ⁽¹⁵⁷⁾.

^(152a) Curioso é salientar que, entre as obras de autores espanhóis onde se defende teoria contrária à de Oliveira Martins, se destacam *Las relaciones de España con Portugal* (págs. 74 e 108), do Prof. Bullón y Fernández; *Compendio de geografía universal* (págs. 84 e 85) de Izquierdo y Croselles; e *Estudios geográficos* (pág. 87), de Rafael Torres Campos.

⁽¹⁵³⁾ Vol. I. Pág. 13.

⁽¹⁵⁴⁾ Pág. 24.

^(154a) Ver do autor *Os primórdios das navegações portuguesas na obra de Alberto Sampaio*. In — *Actas do Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. IV. Guimarães. 1982.

⁽¹⁵⁵⁾ Pág. 25.

⁽¹⁵⁶⁾ Pág. 177

⁽¹⁵⁷⁾ Pág. 10.

Tal é a tese que o autor se esforça por demonstrar nos dois volumes da sua *História*, e tem um complemento: as duas causas da decadência apontadas levaram à decomposição (*Decomposição* é mesmo o título do capítulo VI), que, por sua vez, nos lançou nos braços do Inglês que de Portugal fez feudo seu, tendo nos Braganças os melhores servidores. Por isso o historiador não considera a Restauração de 1640 uma verdadeira ressurreição da Pátria, mas sim «a nova história de um país que, destruída a obra do império ultramarino, surge no XVI (*sic*) como no nosso apareceu a Bélgica, filha das necessidades do equilíbrio europeu» (158).

Colocados em frente da Espanha absorvente, procurámos um ponto de apoio externo, fundando um império ultramarino, que veio a tornar-se numa «montanha de ignomínias» (159). Desaparecido este, criámos outro ponto de apoio no Brasil, que também perdemos depois, mostrando assim «a fragilidade do nosso edifício político» (160).

E não houve possibilidade, desde 1640, de na realidade ressurgirmos, nem mesmo com a

«efémera obra do marquês de Pombal — o estadista que concebeu a verdadeira restauração de Portugal, chegando por um momento a fazer dele outra vez uma nação independente» (161).

Daí a necessidade de o Inglês nos «tutelar», tutelando a dinastia de Bragança. Com o liberalismo apareceu «a impotência manifesta de restaurar a vida histórica de uma nação imperial ou colonial» (162).

É este o tom pessimista, amargo, desconsolador, por alguns reputado dissolvente, deste magnífico livro de prosa, que, apesar disso, constituiu a primeira visão crítica e global da história portuguesa (163). Se não será prudente aconselhar a sua leitura a quem não possua sólida formação mental e cultura histórica, pelos erros em que poderá cair, é obra que todo o pensador e todo o homem culto precisa de

(158) Pág. 16.

(159) Pág. X.

(160) Pág. 16.

(161) *Loc. cit.*

(162) Pág. 17.

(163) «Deu da história portuguesa uma interpretação crítica dum brilho e duma originalidade ainda não atingidas. O pessimismo da sua época aliou-o ele a uma ânsia de construção útil, que fez do historiador o mais ardoroso paladino da política do fomento e da regeneração dos costumes administrativos de Portugal» (Fidelino de Figueiredo. *Ob. cit.* Pág. 186).

ler, porque lhe abrirá novas perspectivas que, de outro modo, jamais se lhe deparariam.

Apesar dessa sua atitude sistematicamente céptica, não se esquece Oliveira Martins de salientar e exaltar a vontade colectiva, ainda, no fim de tudo, quem dá origem às pátrias e lhes impulsiona o progresso e traça a sua projecção no futuro. Condenando em globo (a despeito das excepções parciais) a historiografia portuguesa até ao advento de Herculano, Oliveira Martins considera a sua crítica escarpelizada, «o caminho verdadeiramente científico de encarar a história nacional, despidendo-a de ilusões patrióticas, e de fantasias quiméricas». E adiante sensatamente prossegue:

«Mal de nós, se, amando do coração a nossa independência, imaginarmos que ela pode manter-se firme sobre um alicerce de fábulas, contra a recta e indestrutível verdade da ciência! A independência dos povos assenta sobretudo na vontade colectiva: tal foi a base da nossa, tal continuará a ser, se com a vontade tivermos o juízo correspondente. Sem ele, o querer é apenas um capricho» (164).

O condicionamento final demonstra como a Oliveira Martins era custoso fazer concessões, ainda quando estas se lhe impunham à inteligência, sempre que no reconhecimento de certos factos uma diminuição do crítico se lhe antolhasse como fraqueza.

(continua)

A. Álvaro Dória